

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 126/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
126/2025	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	SILVANE LEITE BORGES	07/10/2025 11:41 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		50000.030336/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 50000.010549/2024-66)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação dos serviços continuados de segurança privada mediante vigilância patrimonial e monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, para atender os edifícios sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quantitativo Total - Vigilância Patrimonial - Ministério dos Transportes/DF												
Grupo	Item	Categoria	Turno	Tipo de Posto	Jornada	Valor do Profissional (A)	QTD. de Profissionais por Posto(B)	Valor Unitário Mensal do Posto (C=AxB)	Valor Unitário Anual do Posto (D=Cx12)	QTD. de Postos(E)	Valor Total Anual(F = Dx E)	QTD. Total de Funcionários
Único	01	Supervisor	Diurno	Desarmado	12 x 36h	R\$ 10.074,47	2	R\$ 20.148,94	R\$ 241.787,28	1	R\$ 241.787,28	2
	02	Supervisor (segunda-feira a sexta-feira)	Diurno	Desarmado	44h	R\$10.449,56	1	R\$ 10.449,56	R\$ 125.394,72	1	R\$ 125.394,72	1
	03	Vigilância	Diurno	Armado	12 x 36h	R\$ 8.640,17	2	R\$ 17.280,34	R\$ 207.364,08	7	R\$ 1.451.548,56	14
	04	Vigilância	Noturno	Armado	12 x 36h	R\$9.468,81	2	R\$ 18.937,62	R\$ 227.251,44	7	R\$ 1.590.760,08	14
	05	Vigilância	Diurno	Desarmado	12 x 36h	R\$ 8.648,17	2	R\$17.296,34	R\$207.556,08	2	R\$415.112,16	4
								R\$	R\$			

06	Vigilância	Noturno	Desarmado	12 x 36h	R\$ 9.467,45	2	18.934,90	227.218,80	6	R\$ 1.363.312,80	12
07	Vigilância (segunda-feira a sexta - feira)	Diurno	Desarmado	44h	R\$ 9.045,67	1	R\$ 9.045,67	R\$ 108.548,04	34	R\$ 3.690.633,36	34
08	Operador de Sistema Eletrônico	Diurno	Desarmado	12x36h	R\$ 8.641,88	2	R\$ 17.283,76	R\$ 207.405,12	3	R\$ 622.215,36	6
TOTAL							R\$ 129.377,13	R\$ 1.552.525,56	61	R\$9.500.764,32	87

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua paralisação poderá comprometer o andamento das atividades desta pasta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000002/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 21/03/2025
- III) Id do item no PCA: 273
- IV) Classe/Grupo: 852 - Serviços de Investigação e Segurança
- V) Identificador da Futura Contratação: 390004-100/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá implementar, quando aplicável, as seguintes ações de sustentabilidade, em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010:

- a) Desenvolver e manter programa interno de treinamento contínuo para seus empregados, visando à redução do consumo de energia elétrica e água, além da minimização da geração de resíduos sólidos, respeitando a legislação ambiental vigente;
- b) Adotar medidas efetivas para evitar o desperdício de água tratada, conforme estabelecido no Decreto nº 48.138, de 08 /10/2003;
- c) Registrar e comunicar, por meio do encarregado responsável, quaisquer ocorrências que demandem manutenção das instalações, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- d) Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para os vigilantes, garantindo conforto, segurança e adequação às condições climáticas, promovendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- e) Observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas à gestão de resíduos sólidos;
- f) Assegurar a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 401/2008;
- g) Atuar em conformidade com todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis, com especial atenção à legislação ambiental para prevenção de impactos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores;
- h) Informar prontamente à Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danos, incluindo lâmpadas queimadas, zumbidos em reatores de luminárias ou falhas em instalações.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro - garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro - garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro - garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro - garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro - garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. Em caso de seguro - garantia, recomenda-se a apólice tenha, preferencialmente cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

a) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou

b) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00hs horas às 18:00hs horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (61) 2029-7271/7277 ou por meio do e-mail: colog@transportes.gov.br.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1 Os interessados em participar do certame poderão vistoriar as áreas onde serão executados os serviços, verificando instalações e preenchendo a Vistoria para Licitação, que deverá ser assinada pelo representante da empresa interessada e pela DILOG – Divisão de Logística, e fará parte integrante da documentação de habilitação.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução de Objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto a partir de 1 (um) dia da data da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. As quantidades de postos de trabalho a serem contratados foram definidas e pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, que será Anexo ao Edital, e poderão ser implementadas no total ou em parte, ao longo da vigência do contrato, dependendo da necessidade do Ministério.

5.1.2.2. Os serviços de vigilância patrimonial serão executados, ininterruptamente, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis; por meio de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança; e rondas nas áreas internas e externas adjacentes das edificações indicadas pela contratante em Brasília/DF.

5.1.2.3. Os intervalos para refeição dos vigilantes terão duração de 1 (uma) hora para as jornadas de trabalho de 44h e 12x36h, sendo os respectivos horários definidos pela fiscalização, em conformidade com as disposições normativas aplicáveis. Durante esses períodos de refeição, a cobertura dos Postos será assegurada por meio do remanejamento dos vigilantes alocados nos demais Postos, não sendo, portanto, caracterizada a ocorrência de hora intrajornada não trabalhada.

5.1.2.4. Caso o horário de expediente do órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

5.1.2.5. O controle da assiduidade/frequência dos funcionários se dará mediante o uso de ferramenta de controle eletrônico (biométrico) ou por sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, a ser aprovado pela gestão do contrato.

5.1.2.5.1. A Contratada instalará e manterá equipamento biométrico para registro de frequência digital de seus empregados (ponto eletrônico) nas instalações dos Edifícios Sede e Anexo, sem ônus para o Contratante, que deverá ser utilizado pelos funcionários lotados nos Edifícios, cujos registros deverão ser apresentados juntamente com a Nota Fiscal.

5.1.2.6. A carga horária semanal a ser trabalhada deverá obedecer ao acordo ou convenção trabalhista celebrados entre entidades sindicais patronais e de profissionais da cidade da prestação dos serviços (Brasília - DF), sendo que a jornada não poderá ser superior ao firmado em acordo ou dissídio coletivo da categoria.

5.1.2.7. Os turnos de trabalho previamente estabelecidos poderão ser alterados a qualquer tempo, de acordo com as necessidades do Órgão.

5.1.2.8. A Contratada deverá dispor de pessoal obrigatoriamente contratado de acordo com a legislação trabalhista pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT sendo vedada a contratação de profissional autônomo por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA, inclusive coberturas.

5.1.2.9. A Contratada deverá disponibilizar e manter livro de ocorrência para anotações diárias por parte dos profissionais.

5.1.2.10. A solicitação de preenchimento dos postos ocorrerá por meio de demanda da Contratante.

5.1.2.11. Quanto ao posto de operador de sistema eletrônico será necessário a finalização do processo de implantação do sistema integrado de vigilância eletrônica, para o seu efetivo preenchimento.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. O horário de funcionamento do MT é das 7h00 às 22h00, de segunda-feira a sexta-feira, contudo, os serviços de vigilância patrimonial armada/desarmada, serão executados de forma ininterrupta.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco R.

5.2.2. Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco R, via N2.

5.2.3. Setor de Garagens Oficiais Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.

5.2.4. Setor de Garagens Oficiais Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

5.2.5. Os serviços poderão vir a ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Ministério dos Transportes.

5.2.6. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 dias por semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas.

5.3.1.1. Comunicar imediatamente ao MT e ao responsável pelo posto qualquer anormalidade detectada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização;

5.3.1.2. Manter afixado no posto, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da edificação e outros de interesse.

5.3.1.3. Permitir o ingresso e acesso às instalações do Ministério, somente de pessoas, vestidas adequadamente, identificadas e autorizadas expressa e previamente por autoridade competente do órgão ou servidor/colaborador perfeitamente identificado;

5.3.1.4. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando placa do veículo, hora de saída e retorno, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

5.3.1.5. Repassar para a(os) vigilante(s) que estiver(em) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventuais anormalidades observadas nas instalações e suas imediações;

5.3.1.6. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio (Livro de Ocorrências) o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação, horários de entrada e saída, e tarefa a executar;

5.3.1.7. Proibir, em todas as unidades, o ingresso de cobradores, vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações do MT, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela administração ou representante desta;

5.3.1.8. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

5.3.1.9. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

5.3.1.10. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.3.1.11. Executar a(s) rondas(s) conforme os horários e orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

5.3.1.12. Ao final de cada expediente e aos finais de semana, verificar se todas as janelas e portas da imediação de cada posto e áreas externas foram fechadas pelos servidores e, em caso contrário, providenciar o fechamento e registro da ocorrência no Livro de Ocorrências e, repassar, diariamente, os números das salas ao Chefe da Divisão de Logística.

5.3.1.13. Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

5.3.1.14. Os horários de intervalos para refeição dos vigilantes serão definidos pelo Supervisor, observadas as demais disposições normativas que regem o assunto, sendo que, durante esses períodos de alimentação, far-se-á a cobertura dos Postos mediante o remanejamento dos vigilantes alocados aos demais Postos.

5.3.1.15. Assegurar a integridade do acervo patrimonial do Ministério, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público;

5.3.1.16. Acionar a Polícia Militar do Distrito Federal, por telefone ou aplicativo, quando da ocorrência de manifestações, que podem resultar em invasões de manifestantes, que coloquem em risco a integridade da edificação e de pessoas;

5.3.1.17. Acionar a Polícia Federal quando de invasão de manifestantes a edificação e que necessitam serem reprimidos ou retirados.

5.3.1.18. Monitoramento contínuo das instalações.

5.3.1.19. Controle de acesso de pessoas e veículos.

5.3.1.20. Rondas periódicas para garantir a integridade do local.

5.3.1.21. Resposta a incidentes de segurança, se necessário.

5.3.1.22. Qualquer outra atividade relacionada à vigilância e segurança patrimonial.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Materiais de consumo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	ED.SGON 1	ED.SGON 2	ED.ANEXO	ED SEDE	QTD. TOTAL
1	Spray de pimenta	Unidade	1	1	0	0	2

5.4.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário, bem como mantendo as quantidades definidas no quadro.

5.4.2. Equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	ED. SGON1	ED. SGON 2	ED. ANEXO	ED. SEDE	QUANT. TOTAL	VIDA ÚTIL (meses)
1	Detector de metais portátil, bateria de 9V; Frequência de trabalho: 95KHz ± 10%.	Unidade	1	1	1	2	5	120
2	Apito Metálico com cordão.	Unidade	4	4	30	43	81	60
3	Porta - tonfa/porta - cassetete.	Unidade	4	4	18	20	46	120
4	Tonfa/cassetete emborrachado.	Unidade	4	4	18	20	46	120
5	Coldre axilar completo, para uso com terno.	Unidade	1	1	2	2	6	120
6	Cinto de guarnição tática com coldre de perna, sendo o tamanho de acordo com a arma a ser fornecida.	Unidade	1	1	8	12	22	120

7	Rádio transceptor de comunicação móvel e portátil com nível de potência ajustável, alcance mínimo 20 km na transmissão, acompanhado com bateria carregável, frequência autorizada pela Anate.I	Unidade	2	2	20	34	58	120
8	Capa de chuva com capuz.	Unidade	2	2	3	3	10	24
9	Laterna em led com bateria recarregável com carregador.	Unidade	1	1	2	2	6	120
10	Colete Tático balístico.	Unidade	1	1	13	15	30	120
11	Placa Balística nível mínimo de Segurança II A.	Par	1	1	2	3	7	120
12	Munição revólver calibre 38 – 8 tiros - Blister c/10.	Unidade	5	5	10	10	30	240
13	Revólver calibre 38 - 8 tiros.	Unidade	1	1	2	3	7	240

5.4.3. Para a definição do prazo de depreciação, foram utilizadas como referência a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 e a Cartilha de Depreciação do Ministério da Defesa [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/754/1/CARTILHA_DE_DEPRECIA%
c3%87%c3%83O_MAR_17_Publica%
c3%a7%c3%a3o.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/754/1/CARTILHA_DE_DEPRECIA%c3%87%c3%83O_MAR_17_Publica%c3%a7%c3%a3o.pdf).

5.4.4. A Contratada deverá fornecer, impreterivelmente, no primeiro dia de execução do serviço, o sistema de comunicação eficiente para cada posto de serviço para efetuar a comunicação diretamente com a fiscalização e com os demais empregados.

5.4.5. A Contratada deverá observar quando da aquisição dos materiais os critérios mínimos estabelecidos pelas respectivas normas técnicas da ABNT.

5.4.6. Os materiais de consumo e os equipamentos deverão ser novos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, e que se tornará parte integrante desta, observados os preços unitários máximos indicados em Edital e anexos além do preço global;

5.5.1.2. A proposta de preços deverá ser em papel timbrado da proponente, constando o seu endereço, razão social, CNPJ, número de telefone, endereço eletrônico, mencionando o número o objeto da licitação, acordo coletivo, resumo de preços, representante legal .

5.5.1.3. As planilhas de custos das licitantes devem ser formuladas e apresentadas, para cada categoria profissional, de acordo com formato de planilha disponibilizado pela Administração, em versão de arquivo editável de forma a permitir sua análise e verificabilidade;

5.5.1.4. A licitante deverá declarar em sua proposta se a Contribuição Previdenciária incidirá sobre a Receita Bruta – CPRB, nos termos da Lei nº 12.546/2011. Considerando que o período inicial de vigência da futura contratação (dois anos) engloba três períodos distintos de que trata a Lei n.º 14.973/2024, a proposta de preços deverá ser apresentada em conformidade com a situação da empresa, que estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento. Para tanto, a empresa deverá submeter 3 planilhas de preços, contemplando os seguintes cenários:

- Planilha 1 – Valores com a carga tributária vigente no presente exercício (2025);
- Planilha 2 – Projeção de preços considerando os efeitos da reoneração gradual no exercício de 2026;

5.5.1.5. Os serviços a serem prestados nas Unidades do MT serão contratados com base em postos de serviços, estabelecendo-se o custo por posto, observadas as peculiaridades de cada posto de serviço em consonância com Anexo V, item 2.6, alíneas "d" e "d.1" da IN 05/2017;

5.5.1.6.Conforme entendimento consolidado no Acórdão nº 1207/2024-TCU-Plenário, somente serão aceitas propostas de empresas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio - alimentação;

5.5.1.7. As empresas deverão ainda entregar junto com a sua proposta de preços:

5.5.1.7.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

5.5.1.7.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

5.5.1.8. A responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a Contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

5.5.1.9. Será de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

5.5.1.10. A aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, deverá estar em conformidade ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021.

Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

5.6.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.6.1.1. Uniforme social: calça social, camisa social, cinto para calça social, gravata vertical, lenço de pescoço, meia social, paletó /terninho, sapato social e Scarpin;

5.6.1.2. Uniforme operacional: calça operacional, camisa operacional manga curta, cinto para calça operacional, coturno, casaco de frio e meião; e

5.6.1.3. 01 (um) conjunto completo de uniforme, conforme quantidade descrita acima, deverá ser fornecido a cada empregado no início da execução contratual, devendo a substituição ocorrer após 06 (seis) meses ou, excepcionalmente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação formal da Contratante, nos casos em que o uniforme não atenda às condições mínimas de apresentação.

5.6.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.6.2.1. Ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, durável e que não desbote nem amasse facilmente, em hipótese alguma, ser translúcidos ou com costuras, zíperes ou botões vulneráveis, de forma a não comprometer a integridade, bem como a função dos colaboradores.

5.6.2.2. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da empresa, de forma visível.

5.6.2.3. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

5.6.2.4. Social - Feminino/Masculino:

Item	Peça	Descrição	Unid. de Fornecimento	Quantidade Inicial (por peça)	Periodicidade p/ Reposição	Quant. para cada Reposição
01	Terninho e Terno	<p>Terninho: Na cor preta, tecido de boa qualidade, com viscose, forrado internamente, inclusive nas mangas. Calça modelo social, tecido e cor idênticos aos do terninho, braguilha forrada, cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça, 2 bolsos laterais embutidos, 2 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão. (Sob medida em boa qualidade).</p> <p>Terno: Na cor preta, tecido de boa qualidade, com viscose, forrado internamente, inclusive nas mangas. Calça modelo social, tecido e cor idênticos aos do paletó, braguilha forrada, cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça, 2 bolsos laterais embutidos, 2 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão.</p>	Unidade	02	06 meses	02

02	Camisa	Social confeccionada em tecido 100% algodão, abotoamento frontal, mangas compridas com punho simples, bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto.	Unidade	02	06 meses	02
03	Cinto	Social em couro, na cor preta.	Unidade	01	06 meses	02
04	Meia	Social na cor preta e em algodão	Par	04	06 meses	02
05	Sapato Social e Scarpin	Sapato Social: em couro, ortopédico, na cor preto, solado antiderrapante, com absorção de impacto, palmilha acolchoada, que não se deforma. Scarpin: em couro, salto quadrado, na cor preta.	Par	02	06 meses	02
06	Lenço e Gravata	Lenço: Tecido liso, cor preto, em crepe, tipo laço com entretela compatível com o modelo. Gravata: Modelo social vertical slim, confeccionada em Jacquard, forrada em nylon, acabamento de primeira qualidade.	Unidade	02	06 meses	02

5.6.2.5. Vigilante operacional – Feminino/Masculino:

Item	Peça	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Inicial	Periodicidade p/ Reposição	Quant. para cada Reposição
01	Camisa	Manga curta Gandola Rip Stop Manga Curta.	Unidade	02	06 meses	02
02	Calça	Tecido RIP-STOP, na cor preta, com zíper, cós anatômico, dois bolsos cargos inclinados, costuras triplas nas áreas de maior atrito.	Unidade	02	06 meses	02
03	Cinto	Tecido nylon, com espessura larga de 3,4 cm, na cor preto, fivela em polímero preto composta por travas de metal articuladas em seu interior, com guarra regulável de primeira qualidade.	Unidade	01	06 meses	02
04	Meia	Cano alto, na cor preto, composta por algodão, de primeira qualidade.	Par	04	06 meses	02
05	Coturno	Em couro nobuk hidrofugado, tecido sintético, colarinho e 17 de 21 5 Coturno língua em couro, com cadaço, vestuário com cordura água repelente, em tecido poliéster 100% impermeável, cor preta. Forração Interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico e com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e do Empregado (C.A).	Par	02	06 meses	02
06	Jaqueta	Cor preto, tecido nylon, resinada, forrada com manta acrílica, emblema da empresa bordados na parte externa do bolso e nas mangas da jaqueta.	Unidade	01	06 meses	01

- 5.6.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.6.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 5.8. A Contratada deverá disponibilizar 18 uniformes sociais e 69 operacionais, os quais deverão ser substituídos a cada 6 meses conforme especificado nos itens 5.6.2.4 e 5.6.2.5 e a tabela descrita abaixo:

ESCALA	TURNO	TIPO DE UNIFORME	QTD. POSTOS	QTD. PESSOAS
Vigilante 12X36 Armada	Noturno	Social	1	2
Vigilante 12X36 Armada	Diurno	Social	2	4
Vigilante 12X36 Desarmado	Noturno	Social	0	0
Vigilante 44hs semanais (Segunda a sexta)	Diurno	Social	9	9
Supervisor 44hs (Segunda a sexta)	Diurno	Social	1	1
Supervisor 12x36	Diurno	Social	1	2
TOTAL			14	18

ESCALA	TURNO	TIPO DE UNIFORME	QTD. POSTOS	QTD. PESSOAS
--------	-------	------------------	-------------	--------------

Vigilante 12X36 Armado	Noturno	Operacional	6	12
Vigilante 12X36 Armado	Diurno	Operacional	5	10
Vigilante 12X36 Desarmado	Noturno	Operacional	6	12
Vigilante 12X36 Desarmado	Diurno	Operacional	2	4
Vigilante 44hs semanais (Segunda a Sexta)	Diurno	Operacional	25	25
Operador de Sistema Eletrônico 12X36 Desarmado	Diurno	Operacional	3	6
TOTAL			47	69
TOTAL GERAL			61	87

5.8.1. Os quantitativos estabelecidos poderão ser alterados a critério da Administração, em função de suas necessidades ou conveniência administrativa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Acompanhar o início da execução diária dos serviços;

6.16.2. Solicitar ao encarregado, correção de possíveis alterações operacionais dos colaboradores da empresa, constatadas durante a fiscalização; e

6.16.3. Preencher devidamente o IMR se constatado qualquer alteração no que se refere a execução dos serviços.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale - alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Realizar a consulta junto ao CADIN para fins de comprovar a idoneidade da Contratada.

6.33.2. Solicitar à Contratada todos os comprovantes de INSS e FGTS dos colaboradores vinculados ao contrato, quando necessário.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale -alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.60. Cabe ao gestor do contrato:

6.60.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.60.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.60.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.60.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.60.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.60.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.60.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.60.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.61. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice deste Termo ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Os critérios de aferição encontram-se devidamente explicitados no Apêndice (IMR) deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6.1. O mencionado prazo fica suspenso, caso a Contratada apresente a documentação pertinente incompleta, enquanto perdurar a pendência.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.
- Liquidação**
- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A17] :

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, a Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A18] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.47. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.47.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.47.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.55. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.57. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.58. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível a Contratante ou a Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.59. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.60. A Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.61. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.62. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.63. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.64. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.65. Caso a Contratada esteja sujeito ao regime de incidência não - cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.66. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.66.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Contratante.

7.67.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.67.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta - Depósito Vinculada

7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta - Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.70. Na presente contratação, a conta - depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias, mas caso a instituição bancária opte por realizar a cobrança será de responsabilidade do contratado.

- 7.71. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.73. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.74. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 7.74.1. 13º (décimo terceiro) salário;
 - 7.74.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 7.74.3. Multa sobre o FGTS; e
 - 7.74.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.76. O saldo da conta - depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7.77. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.78. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta - depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta - depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.81. A Contratada deverá apresentar a Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta - depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2% (dois por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **1,5% (um vírgula cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos de Vigilância e Operador de Sistema Eletrônico - CFTV executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho nº DF000333/2024, do sindicato dos Empregados de Segurança e Vigilância do DF- Sindesv-DF, utilizada como paradigma:

- a) salário-base e adicionais de acordo com o posto, nos valores vigentes;
- b) auxílio - alimentação, no valor de R\$ 47,37 (quarenta e sete reais e trinta e sete centavos); e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis ~~dos dois~~ do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um). obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.22.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.22.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.23. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.27.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.27.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa no conselho profissional que regulamenta o exercício da atividade da jurisdição da empresa, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico - Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.31.1.3. Alvará de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, devidamente publicado no D.O.U., conforme estabelece a Lei n.º 7.102/1983, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056/1983, e pela Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e alterações posteriores.

9.31.1.4. Certificado de Segurança atualizado, expedido pelo Departamento de Polícia Federal - DPF, do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria nº: 3.233/2012-DG/DPF/2012, e alterações posteriores.

9.31.1.5. Autorização emitida pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento da empresa no Distrito Federal.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico - operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 9.500.764,32 (nove milhões, quinhentos mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 390004;

II) Fonte de recursos: Ação 2000;

III) Programa de trabalho: 26.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339037; e

V) Plano interno: Não há.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

13.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

13.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

13.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

13.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

13.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

13.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

13.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

13.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da Contratante:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

14.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

14.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

14.1.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

14.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia - Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

14.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.12. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

14.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

14.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

15.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.1.6. Efetuar comunicação à Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

15.1.7. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

15.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

15.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

15.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

15.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

15.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

15.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

15.1.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

15.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

15.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

15.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

15.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

15.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

15.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

15.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

15.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

15.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

15.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

15.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

15.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.1.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

15.1.27. Fornecer, às suas expensas, os crachás de identificação funcional, assegurando que todos os empregados sejam devidamente apresentados e permaneçam identificados durante a execução dos serviços, mediante o uso obrigatório do respectivo crachá.

15.1.28. Apresentar a Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

15.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

15.1.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

15.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

15.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo a Contratada relatar a Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

15.1.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

15.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

15.1.35. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

15.1.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

15.1.37. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

15.1.38. Todos os funcionários da Contratada deverão exercer seus ofícios devidamente uniformizados, inclusive utilizando calçados apropriados. Os uniformes deverão conter a logomarca da Contratada de forma visível.

15.1.39. O vale-refeição deverá ser disponibilizado ao colaborador todo dia 1º de cada mês e deverá corresponder aos dias úteis abrangidos no período de 01 a 30/31 do mês a que o benefício se referir.

15.1.40. O vale-transporte deverá ser disponibilizado ao colaborador até o último dia do mês vigente, cobrindo integralmente os dias úteis do mês seguinte (período de 1º a 30 ou 31).

15.1.41. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

15.1.42. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

15.1.43. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30,36%.

15.1.44. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

15.1.45. Sempre que houver um desligamento, a CONTRATADA deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

- 15.1.46. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
- 15.1.47. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
- 15.1.48. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 16.1.66.
- 15.1.49. A CONTRATADA deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.
- 15.1.50. Fornecer livro de ocorrências, contendo, no mínimo, 100 (cem) folhas numeradas e devidamente pautadas, bem como providenciar a imediata substituição sempre que o volume anterior estiver concluído, garantindo a continuidade dos registros.

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Não se Aplica

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Não se Aplica

18. DOS CASOS OMISSOS

Não se Aplica

19. ALTERAÇÕES

Não se Aplica

20. FORO

Não se Aplica

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se Aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCA INEZ CANDEIRA COSTA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 07/10/2025 às 11:41:11.

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 45/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.030336/2025-31

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação dos serviços continuados de segurança privada mediante vigilância patrimonial e monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, para os edifícios sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF.

2.2. O Ministério dos Transportes, como órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação das políticas públicas voltadas à infraestrutura de transportes do país, necessita garantir a segurança física de seus servidores, colaboradores, visitantes, bem como a proteção de seus bens patrimoniais, documentos institucionais e instalações prediais. Nesse sentido, torna-se imprescindível a referida contratação.

2.3. A presença de vigilantes devidamente capacitados visa inibir e controlar atos de violência, furtos, vandalismo e acessos não autorizados, assegurando a ordem nas dependências internas e externas dos prédios sob responsabilidade do Ministério. Além disso, o serviço contribui para a manutenção de um ambiente institucional seguro, estável e adequado à execução das atividades administrativas e operacionais. A contratação atende, ainda, às exigências normativas e às diretrizes de segurança estabelecidas pelos órgãos de controle e pela própria Administração Pública Federal, o que demonstra a sua essencialidade.

2.4. O atual contrato nº 11/2023, firmado com a empresa AC Segurança foi prorrogado de forma excepcional, apenas por 120 (cento e vinte) dias, para que não houve a descontinuidade dos serviços, tendo em vista que a atual contratada encontra-se impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de 1 (um) ano, o que inviabiliza eventual prorrogação contratual, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. Assim, como medida preliminar para mitigar os impactos decorrentes do encerramento do contrato vigente, a Coordenação -Geral de Recursos Logísticos solicitou à Coordenação -Geral de Logística e Contratos (COGLC) que fossem consultadas as empresas remanescentes classificadas no Pregão Eletrônico nº 001/2023. Contudo, todas as empresas consultadas manifestaram formalmente o desinteresse em assumir a execução do contrato, inviabilizando a contratação por remanescente e reforçando a necessidade de instauração de novo processo licitatório.

2.6. Adicionalmente, a Coordenação -Geral realizou consulta a outros órgãos da Administração Pública Federal com o intuito de verificar a possibilidade de apoio institucional para o preenchimento temporário dos postos de vigilância, por meio do compartilhamento de contratos vigentes. Entretanto, as consultas realizadas também restaram infrutíferas, não havendo disponibilidade de postos ou interesse por parte dos órgãos consultados em ceder tal apoio, o que reforça a urgência e a imprescindibilidade da realização de nova licitação para garantir a continuidade do serviço.

2.7. Logo, diante da proximidade do término da vigência contratual, da essencialidade dos serviços e da impossibilidade legal de manter o contrato com a atual empresa, impõe-se a deflagração de novo processo licitatório, de forma a assegurar a contratação tempestiva de empresa idônea e apta para dar continuidade aos serviços de vigilância sem qualquer solução de descontinuidade.

2.8. A contratação em questão será composta pelos seguintes postos:

CATEGORIA	LOCAIS	JUSTIFICATIVA	JORNADA
Supervisor	Sala de Segurança Sede	Necessário para supervisionar os postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa, e Sala de Monitoramento de Vigilância Eletrônica e demais atribuições relacionadas neste Estudo e no Termo de Referência, com jornada de 12 x 36 e 44 horas	12 x 36 horas - diurno

Supervisor	Sala de Segurança Anexo	Necessário para supervisionar os postos de Vigilantes distribuídos pelo edifício e área externa e demais atribuições relacionadas neste Estudo e no Termo de Referência, com jornada de 44 horas.	44 horas - diurno
Vigilante	Andares dos Gabinetes	Prestar vigilância aos Gabinete dos Ministros e Secretários Executivos, no período noturno até a 12 x 36 horas - diurno e Noturno- e UASG 390004 2 de 24 Vigilante permanência das autoridades nas Edificações. Após auxiliar nos demais postos noturnos.	12 x 36 horas - diurno e Noturno- e 44 horas - diurno
	Portarias	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno, da porta de entrada e saída de pessoas e materiais do edifício pelas Portarias.	12 x 36 horas - diurno e Noturno - e 44 horas - diurno
	Garagens e Guarita	Necessário para o controle e vigilância, no período diurno, da cancela da rampa de acesso a garagem e via interna de veículos provenientes da Via N - 1 da Esplanada dos Ministérios ou com direção a Via N - 2 (Eds. Anexos), bem como no sentido inverso, de veículos que deixam a garagem ou trafegam pela via interna, com direção a Via N - 1 da Esplanada dos Ministérios.	12 x 36 horas - diurno e 44 horas - diurno
Operador de Sistema Eletrônico	Sala de monitoramento	Essencial para o monitoramento e controle eficaz dos sistemas de vigilância, alarmes, controle de acesso e câmeras (CFTV). Esse profissional garantirá a operação contínua dos equipamentos, resposta rápida a ocorrências e registro de eventos, contribuindo diretamente para a segurança patrimonial e das pessoas.	12 x 36 horas - diurno

2.8.1. Para tanto, será necessário o seguinte quantitativo:

SERVIÇO	TURNO	TIPO DE POSTO	JORNADA	POSTO	FUNCIONÁRIOS
Supervisor	Diurno	Desarmado	12 x 36 h	1	2
Supervisor	Diurno	Desarmado	44 h	1	1
Vigilância	Diurno	Armado	12 x 36 h	7	14
Vigilância	Noturno	Armado	12 x 36 h	7	14
Vigilância	Diurno	Desarmado	12 x 36 h	2	4
Vigilância	Noturno	Desarmado	12 x 36 h	6	12
Vigilância	Diurno	Desarmado	44 h	34	34
Operador de Sistema Eletrônico	Diurno	Desarmado	12 x 36 h	3	6
TOTAL				61	87

2.9. Esse quantitativo de vigilantes contempla, inclusive, os profissionais que atuarão na operação do circuito fechado de televisão (CFTV), considerando que o Ministério dos Transportes aderiu à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.006 /2024, cujo objeto é a contratação de serviços de locação de sistema integrado de vigilância eletrônica.

2.10. A adesão resultou na celebração do Contrato nº 31/2024, vinculado ao Processo nº 50000.013535/2024-02, com vigência de 5 (cinco) anos a partir de 26/12/2024, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A contratação encontra-se atualmente na fase de aprovação do Projeto Executivo, etapa necessária para o início das instalações.

2.11. Considerando que o monitoramento é de responsabilidade da Contratante, torna-se imprescindível a contratação de operadores de CFTV, os quais atuarão no acompanhamento em tempo real das câmeras internas, promovendo a identificação e prevenção de situações de risco, contribuindo para a segurança do patrimônio público, dos servidores, colaboradores, estagiários e visitantes. A presença desses profissionais é fundamental para garantir uma resposta ágil diante de qualquer ocorrência, assegurando um ambiente institucional seguro e monitorado.

2.12. A medida visa fortalecer o sistema de vigilância eletrônica das instalações do Ministério, com monitoramento contínuo e ininterrupto de áreas internas e pontos estratégicos, ampliando o controle de acesso e reforçando a segurança patrimonial e a integridade física dos ocupantes.

2.13. Atualmente, o órgão não possui contrato vigente que contemple a função de operador de sistema eletrônico. Dessa forma, propõe-se a inclusão de 03 (três) postos dessa categoria profissional na nova contratação em andamento.

2.14. Ademais, a necessidade da contratação decorre da inexistência de pessoal técnico para sua execução, uma vez que, os cargos contratados não fazem parte do quadro de servidores deste órgão. Dessa forma, a contratação revela-se não apenas vantajosa para a Administração Pública, como também assegura maior eficiência, qualidade e celeridade na execução das atividades, além de contribuir para a economicidade dos recursos públicos. Tal medida encontra respaldo nas disposições da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, que trata da extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal, viabilizando, assim, a execução indireta de atividades operacionais acessórias ou de suporte.

2.15. Cumpre destacar, ainda, que a atividade objeto da presente contratação não configura hipótese de terceirização irregular, em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.507/2018, na Portaria nº 443/2018-MPDG e na Instrução Normativa nº 5/2017-SEGES /MPDG. A prestação de serviços de vigilância não se enquadra nas vedações previstas nos referidos normativos, tampouco está incluída entre as atribuições de cargo efetivo ou categoria funcional existente no âmbito do órgão contratante.

2.16. O próprio art. 1º do Decreto nº 9.507/2018 dispõe que, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, são preferencialmente objeto de execução indireta os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, dentre os quais se incluem, expressamente, os serviços de segurança e vigilância patrimonial (inciso XXI). Vejamos:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...) XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;"

2.17. Por fim, ressalta-se que as atribuições inerentes aos vigilantes não abrangem os serviços elencados nos incisos do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, estando, portanto, adequadamente enquadradas no §1º do mesmo dispositivo, o qual permite a terceirização de atividades acessórias, desde que não impliquem a transferência de responsabilidade por atos administrativos ou a tomada de decisões à empresa contratada. Cite-se:

"§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação dos serviços continuados de segurança privada mediante vigilância patrimonial e monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, para os edifícios sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF.

4.2. A execução dar-se-á por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra, tendo em vista ser a solução mais adequada às necessidades da Pasta. Os serviços deverão ser executados conforme detalhamento constante neste Estudo e no Termo de Referência, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de atividades complementares, atinentes ao objeto contratual, a qualquer tempo e a critério do Ministério.

4.3. Em conformidade com a legislação e as normas que regem o processo licitatório, e com o objetivo de promover a racionalização, eficiência e eficácia na gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços deve atender aos seguintes requisitos essenciais:

- Seleção de empresa especializada, com experiência comprovada na execução dos serviços contratados;
- Prestação dos serviços de forma integral, garantindo o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos e evitando qualquer descontinuidade na execução;
- Alocação de profissionais conforme as descrições dos cargos, atribuições e requisitos exigidos, conforme especificado no presente Estudo;
- Comprovação da capacidade econômico-financeira, jurídica e técnico - operacional exigida no Edital, mantendo-se habilitada durante toda a vigência da execução dos serviços.

Modalidade de Licitação

4.4. A presente contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, e terá como modelo, para confecção do termo de referência, o documento disponibilizado pela AGU - Modelos de Licitações e Contratos - Modelo da Lei no 14.133/2021 - Pregão Eletrônico - Termo de Referência - Serviço com Mão de Obra, sendo balizado nas legislações em vigor pertinentes ao assunto, bem como atualização: abril/2025, Convenções Coletivas de Trabalho - CCT e de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

Critério de Julgamento e Adjudicação

4.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

4.5.1. O critério de julgamento justifica-se em razão da execução dos serviços envolver a prestação de um conjunto de serviços ou fornecimento de itens interdependentes e complementares.

Natureza do Serviço

4.6. Os serviços são de natureza continuada considerando que são serviços de atividades acessórias e auxiliares e necessários à Administração no desempenho de suas atribuições com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadrados no conceito do art. 6 da Lei 14.133/2021 e do art. 14 da Instrução Normativa SEGES/MP no 5, de 26 de maio de 2017.

4.7. A interrupção dos serviços certamente comprometerá a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional do Órgão.

Enquadramento do Serviço

4.8. A adoção do pregão como modalidade de licitação para a contratação do objeto em tela consiste no enquadramento dos serviços na categoria de serviços comuns.

4.9. Pela definição legal consideram-se comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Regime de Execução

4.10. O regime de execução será o da empreitada pelo preço global conforme justificativa abaixo:

- Previsibilidade orçamentária: O regime de empreitada por preço global permite uma maior previsibilidade dos custos para a Administração. O valor do contrato é fixo e estabelecido previamente, evitando surpresas com gastos adicionais durante a execução dos serviços. Isso facilita o planejamento financeiro e contribui para o controle dos gastos públicos.
- Simplificação da fiscalização: O regime de empreitada preço global facilita a fiscalização dos serviços contratados. Como o valor é definido de forma global, não é necessário acompanhar individualmente cada etapa ou item do serviço prestado. Isso simplifica o trabalho da equipe responsável pela fiscalização, tornando o processo mais eficiente.
- Melhor controle de qualidade: Ao adotar o regime de empreitada preço global, é possível estabelecer critérios claros de qualidade e desempenho dos serviços. A empresa Contratada tem a responsabilidade de entregar o serviço completo e de acordo com os requisitos estabelecidos, o que incentiva um maior controle de qualidade por parte do contratado. Isso contribui para a obtenção de resultados satisfatórios e para o cumprimento dos objetivos da contratação.

4.11. Portanto, a escolha do regime de empreitada por preço global para a execução da contratação dos serviços fundamenta-se na previsibilidade orçamentária, simplificação da fiscalização, aprimoramento do controle de qualidade, estímulo à competitividade e simplificação do processo licitatório.

Vistoria

4.12. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a avaliação prévia é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, portanto, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (61) 2029-7271/7277 ou por meio do e-mail: colog@transportes.gov.br.

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.16. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.17. A ausência da Declaração de Vistoria pressupõe total aceitação das condições estabelecidas.

Prazo Contratual

4.18. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da assinatura do contrato, prorrogável por igual período até que atinja o prazo total de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.19. O prazo de vigência previsto em Termo Aditivo de prorrogação será iniciado no dia subsequente ao término da vigência do Contrato original, ainda que a sua assinatura e formalização ocorram no último momento da vigência do Contrato originário.

4.20. Conforme o que determina o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser atestada que as condições e o preço contratado permanecem com a maior vantagem econômica para a Administração.

Conta - Depósito Vinculada

4.21. O Anexo I da IN SEGES nº 5/2017, em seus incisos III e XIV, traz a definição dos termos conta - depósito vinculada -bloqueada para movimentação e pagamento pelo fato gerador:

"IN SEGES nº 5/2017 ANEXO I III - Conta - Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação: conta aberta pela Administração em nome da empresa Contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

XIV - Pagamento pelo Fato Gerador: situação de fato ou conjunto de fatos, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente a sua materialização, que gera obrigação de pagamento do Contratante à Contratada."

4.22. Apesar de não se constituir em um fundo de reserva, a conta - depósito vinculada assegura à Contratante o provisionamento de valores para pagamento de verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular das obrigações, mitigando possíveis prejuízos causados pela inadimplência da empresa perante seus empregados e perante a Administração.

4.23. Já na opção de pagamento pelo fato gerador, não há o provisionamento de valores e o direito de pagamento à Contratada acontece apenas quando houver ocorrência do fato gerador.

4.24. Há de se considerar que a não ocorrência do fato gerador não significará, necessariamente, adimplemento da empresa com seus empregados, o que pode contribuir para o ajuizamento de possíveis ações trabalhistas contra o órgão, fato que fragiliza a adoção dessa opção na contratação em tela.

4.25. Em relação ao custo-benefício, acredita-se que o provisionamento de valores será mais eficaz e contribuirá para a garantia de cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados alocados no contrato.

4.26. Além do mais, a adoção da conta - depósito vinculada exigirá constante análise documental para certificação do cumprimento de obrigações trabalhistas por parte da empresa.

Garantia da Contratação

4.27. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.28. Em caso de opção pelo seguro - garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.29. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.30. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Subcontratação

4.31. Dada a natureza essencial dos serviços e a necessidade de padronização e qualidade consistente, a subcontratação não será permitida, sendo necessário que a Contratada assuma a execução integral das atividades, garantindo atendimento pleno aos requisitos de qualidade e conformidade regulamentar.

Catálogo Eletrônico de Padronização

4.32. Para esta contratação não está contemplado e não se aplica o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras. O objeto desta contratação segue a padronização de materiais já instalados nas Edificações e pertencentes à esta Pasta.

Da Consulta aos Cadernos de Logística

4.33. A Administração, ao elaborar os artefatos relacionados ao presente objeto licitatório, observou as diretrizes contidas no Caderno de Logística específico para serviços de vigilância patrimonial, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica>

Margem de Preferência

4.34. Após consulta realizada em sítio eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>), esta Equipe de Planejamento constatou que não há registro de publicação de novo Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

Microempreendedor Individual - MEI

4.35. Justifica-se a impossibilidade de participação de Microempreendedor Individual – MEI, tendo em vista que esta contratação se trata de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, sendo vedada a execução de tais atividades por tais empresas, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

Usufruto do regime de tributação do Simples Nacional

4.36. Na presente licitação, às Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.37. Via de regra, uma vez que o contrato preveja o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e o objeto não se enquadre nas exceções previstas na LC nº 123/2006 e normas regulamentadoras, as licitantes optantes do simples nacional não podem usufruir dos benefícios tributários em sua planilha de custos, e em vencendo a licitação, devem comunicar a sua exclusão obrigatória à Receita Federal à partir do mês subsequente à assinatura do contrato, conforme previsto no inciso II, art. 31 da LC nº 123/2006. Tal entendimento é pacificado pelo TCU em diversos julgados, à exemplo dos Acórdãos 797/2011-TCU Plenário, 2798/2010-TCU-Plenário, 4023/2020-TCU Segunda Câmara e 1570/2022-TCU-Plenário.

Da Participação de Consórcio, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas

4.38. Será vedada a participação de consórcio na contratação de serviços de vigilância, uma vez que esse tipo de contratação exige uma maior fiscalização e controle da Administração Pública sobre a execução do objeto, o que pode ser dificultado pela existência de mais de uma empresa responsável pelo serviço. Além disso, a participação de consórcio pode gerar conflitos de interesses entre as empresas consorciadas, prejudicando a qualidade e a continuidade do serviço prestado. Outro argumento é que a participação de consórcio pode reduzir a competitividade da licitação, favorecendo a formação de cartéis ou conluíus entre as empresas licitantes. Esses riscos podem comprometer o princípio da eficiência e da economicidade na contratação pública.

4.39. Não será admitida a participação de cooperativa na contratação de prestação de serviços de vigilância, haja vista que esse tipo de serviço envolve subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como pessoalidade e habitualidade, o que contraria os princípios do cooperativismo. Essa é a orientação da Súmula 281 do Tribunal de Contas da União, que veda a participação de cooperativas em licitação nessas condições.

4.40. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, os termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelo Contratado, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

OSCP e instituições sem fins lucrativos

4.41. Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

Governo Digital

4.42. A equipe de planejamento esta alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparências nos editais, atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

Exigências Internas da Organização

4.43. Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais: Todos os profissionais alocados deverão cumprir as diretrizes de segurança da informação, com ênfase na proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo que informações sensíveis sejam tratadas com confidencialidade e proteção adequadas.

4.44. Gestão Documental: Os serviços prestados deverão observar as práticas de gestão documental estabelecidas pela Pasta, assegurando que registros e documentos sejam arquivados e acessados conforme os protocolos internos.

Exigências Externas ao Órgão/Entidade

4.45. Requisitos Legais e Infralegais: A empresa Contratada deverá estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis, incluindo aquelas relativas à saúde e segurança do trabalho (NRs) e demais regulamentos exigidos pela legislação trabalhista e pela Lei nº 14.133/2021, garantindo que as condições de trabalho sejam seguras e adequadas.

4.46. Saúde e Segurança no Trabalho (SST): Todos os profissionais contratados devem cumprir as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, especialmente a NR 6 (Equipamentos de Proteção Individual) e a NR 17 (Ergonomia), garantindo que as atividades sejam realizadas de maneira segura e ergonômica.

Sustentabilidade

4.47. Além dos critérios de sustentabilidade que possam estar especificados na descrição do objeto, a CONTRATADA deverá cumprir os seguintes requisitos, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.47.1. Os serviços deverão ser realizados utilizando lanternas, detectores de metais e demais equipamentos elétricos que funcionem exclusivamente com pilhas e baterias cuja composição química atenda aos limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

4.47.2. A Contratada deverá implementar, quando aplicável, as seguintes ações de sustentabilidade, em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010:

- a) Desenvolver e manter programa interno de treinamento contínuo para seus empregados, visando à redução do consumo de energia elétrica e água, além da minimização da geração de resíduos sólidos, respeitando a legislação ambiental vigente;
- b) Adotar medidas efetivas para evitar o desperdício de água tratada, conforme estabelecido no Decreto nº 48.138, de 08 /10/2003;
- c) Registrar e comunicar, por meio do encarregado responsável, quaisquer ocorrências que demandem manutenção das instalações, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- d) Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para os vigilantes, garantindo conforto, segurança e adequação às condições climáticas, promovendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- e) Observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas à gestão de resíduos sólidos;
- f) Assegurar a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 401/2008;
- g) Atuar em conformidade com todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis, com especial atenção à legislação ambiental para prevenção de impactos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores;
- h) Informar prontamente à CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danos, incluindo lâmpadas queimadas, zumbidos em reatores de luminárias ou falhas em instalações.

Aplicabilidade do Decreto 11.430/2023

4.48. Nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação deverá prever o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, uma vez que o número de postos é superior a vinte e cinco colaboradores.

4.49. O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no caput deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

4.49.1. As vagas de que trata a disposição:

I - Incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006; e

II - Serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.50. A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento dessas disposições.

4.51. Considerando o último Censo realizado pelo IBGE (2022), no Distrito Federal a proporção de mulheres pretas e pardas é de 5,20% e 25,16% respectivamente, totalizando 30,36%.

Métrica de Remuneração

4.52. O valor mensal dos serviços será apurado com base na quantidade de postos de trabalho ocupados no mês de referência. O valor mensal a ser faturado resultará do custo mensal dos postos de trabalho efetivamente ocupados, descontadas as glosas apuradas pela equipe de gestão contratual.

4.53. O valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, com base na disponibilidade do quantitativo de postos de trabalho dimensionado de forma a considerar a proporcionalidade inerente aos postos de trabalho efetivamente ocupados, e, ainda, descontando as eventuais glosas apuradas para o período mensal aferido na prestação do serviço para fins de definição do valor mensal a ser faturado em seu favor após autorização formal da equipe de gestão contratual.

4.54. Em suma, o valor mensal a ser faturado pela Contratada resultará em custo mensal dos postos de trabalho efetivamente ocupados - glosas apuradas.

4.55. Os valores constantes das planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas correspondem aos máximos a serem faturados.

Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

4.56. Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa Contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- c) deixar de realizar os pagamentos de verbas trabalhistas aos colaboradores no prazo legal.

4.57. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Desoneração da Folha de Pagamento

4.58. Recomenda-se que as empresas desoneradas, ao apresentarem suas propostas, observem o disposto na Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, especialmente o calendário de reoneração gradual previsto no art. 9-A da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

4.59. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

- 4.59.1. Vigilante - CBO 5173-30;
- 4.59.2. Supervisor de Vigilante - CBO 5103-10; e
- 4.59.3. Monitor de Sistema Eletrônico de Segurança - CBO 9513-15

Adoção da mão de obra exclusiva

4.60. A contratação envolverá a alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão para execução de serviços com rotina específica estabelecida e supervisionada pelo Ministério, enquadrando-se no modelo de execução contratual que exigirá, entre outros requisitos, que:

- 4.60.1. Os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- 4.60.2. A Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- 4.60.3. A Contratada possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Justificativa para qualificação técnica e econômico-financeira

4.61. As exigências de qualificação técnica justifica-se pelo fato da necessidade de identificar se a futura empresa a ser contratada possui adequada mão de obra especializada e capacidade de gestão para a execução do objeto, bem como em cumprimento à alínea "b" do art 10.6 da IN 05/2017.

4.62. Quanto à qualificação econômico-financeira, verificou-se que objeto da pretensa contratação demanda a exigência de determinados requisitos de habilitação devido a complexidade do objeto a ser executado, bem como em prevenir eventuais riscos como o de possível paralisação dos serviços em razão da incapacidade econômica da empresa Contratada em executar os deveres pactuados em contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A vigilância patrimonial consiste na atividade voltada à proteção física de pessoas e à integridade dos bens públicos e privados, sejam em estabelecimentos urbanos ou rurais, permanentes ou temporários, como também em eventos sociais. Esses serviços abrangem o controle de acesso, a prevenção de incidentes, a atuação em situações de risco iminente e o monitoramento eletrônico de áreas estratégicas, com o objetivo de garantir a segurança dos espaços públicos e das pessoas que neles circulam.

5.2. A contratação de serviço de vigilância ostensiva armada constitui a modalidade de solução de segurança patrimonial mais amplamente adotada no âmbito da Administração Pública Federal. Essa prática está disciplinada pela Instrução Normativa nº 05/2017 /SEGES/MP e pelos respectivos Cadernos Técnicos de Vigilância, os quais detalham os requisitos técnicos e operacionais, estimativas de custos por unidade federativa e faixas de valores mínimos e máximos a serem observadas pelas contratações públicas. A observância desses parâmetros é obrigatória pelos órgãos federais, não havendo qualquer impedimento normativo ou técnico à contratação proposta.

5.3. Com vistas à robustez técnica da modelagem, a Equipe de Planejamento realizou ampla análise de soluções similares implementadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal. O estudo abrangeu tanto a vigilância patrimonial armada quanto o monitoramento eletrônico de sistemas de segurança em edificações, com o propósito de mitigar riscos e salvaguardar a integridade de servidores, usuários e do patrimônio público sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

5.4. A partir da análise comparativa, restou evidenciado que a contratação de empresas especializadas, com alocação de postos de vigilância fixa e estruturas de monitoramento eletrônico, permanece sendo a solução amplamente adotada no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de prática consolidada, que combina eficácia na proteção do patrimônio com segurança operacional.

5.5. Além disso, esse tipo de contratação permite o uso regulado de armamento por profissionais devidamente habilitados, o que seria inviável no âmbito da estrutura interna da Administração, uma vez que a Lei nº 9.632/1998 extinguiu cargos de Agente de Vigilância no serviço público federal. A terceirização, portanto, atende à necessidade institucional por meio de execução indireta, respeitando os requisitos legais e operacionais vigentes.

5.6. A metodologia usual envolve a alocação de postos de serviço, com jornadas definidas em conformidade com as convenções coletivas da categoria e as necessidades do Ministério dos Transportes. Nesse contexto, os serviços contratados se enquadram no disposto no art. 48 da Lei nº 14.133/2021, por constituírem atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às competências legais do Ministério dos Transportes.

5.7. A contratação pretendida contempla serviços continuados de vigilância patrimonial armada (diurna e noturna), com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes, equipamentos operacionais e a execução do monitoramento eletrônico de segurança, a serem realizados nas unidades do Ministério dos Transportes.

5.8. Por fim, destaca-se que o mercado nacional apresenta elevada capacidade de atendimento às exigências legais e técnicas dessa contratação. As exigências de qualificação, formação e certificação profissional não restringem a competitividade, sendo amplamente conhecidas e atendidas por empresas especializadas no segmento, o que assegura a viabilidade da licitação e a eficiência da execução contratual.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial, armada e desarmada, em regime diurno e noturno, com vistas a garantir a segurança física das instalações do Ministério dos Transportes (MT), em Brasília/DF, bem como assegurar a integridade física dos servidores, colaboradores e demais pessoas que eventualmente transitam pelos prédios do órgão. Visa, ainda, à prevenção e repressão de atos que possam resultar em danos ao patrimônio público, tais como depredações, violações, invasões, furtos, apropriações indevidas, entre outros.

6.2. Trata-se de serviço comum, a ser executado com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cuja contratação ocorrerá por meio de procedimento licitatório.

6.3. A prestação dos serviços será iniciada na data da assinatura do contrato, conforme quantitativos, critérios e demais especificações constantes neste Termo de Referência.

6.4. Os serviços serão realizados a partir de postos de vigilância previamente definidos pela Administração, os quais poderão, a critério desta e nos estritos limites legais, ser remanejados ou substituídos, total ou parcialmente.

6.5. Serão contratados os seguintes tipos de postos:

- Vigilância (armada e desarmada, diurna e noturna);
- Monitoramento eletrônico - CFTV (desarmado e diurno); e
- Supervisão de vigilância (desarmada e diurno).

6.6. Os serviços de monitoramento por CFTV compreendem a vigilância eletrônica por meio do sistema de circuito fechado de televisão, os quais serão instalados no Ministério dos Transportes. A finalidade é detectar e registrar eventos ou indícios que representem risco à segurança, tais como movimentações suspeitas, aglomerações, sinistros, invasões ou outras anomalias, acionando prontamente a fiscalização do contrato e, se necessário, informando à sua supervisão interna. O serviço 12x36 no turno diurno: das 7h às 19h;

6.7. Os serviços de supervisão de vigilância compreendem a inspeção, coordenação e acompanhamento dos serviços de vigilância e monitoramento, e serão executados nos seguintes regimes:

- 12 x 36 - diurno - 7h às 19h - de segunda-feira a domingo;
- 44 horas - 7h às 22h - de segunda a sexta-feira.

6.8. Os serviços de vigilância diurna, em regime de 44 horas semanais, serão executados de segunda a sexta-feira, entre 7h e 22h, respeitando-se o disposto em convenções coletivas da categoria apresentadas na fase de licitação.

6.9. Os serviços em regime 12x36 contemplam turnos:

- Diurno: 7h às 19h; e
- Noturno: 19h às 7h.

6.10. A execução dos serviços ocorrerá nos seguintes endereços:

I - Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco R.

II - Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco R, via N2.

III - Setor de Garagens Oficiais Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.

IV - Setor de Garagens Oficiais Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

6.11. Os serviços poderão vir a ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo MT em Brasília/DF.

6.12. A prestação dos serviços de vigilância nos postos definidos pela Administração requer, por parte da Contratada, a alocação de mão de obra devidamente treinada e qualificada, incumbida de executar além das suas atribuições, as seguintes instruções:

6.12.1. Observar atentamente a movimentação de indivíduos nas imediações das edificações do Ministério dos Transportes, com especial atenção a comportamentos suspeitos, adotando as medidas preventivas de segurança conforme orientação da Administração, bem como aquelas que entender cabíveis, sempre respeitados os limites legais e contratuais;

6.12.2. Permitir o ingresso e permanência nas dependências do Ministério apenas de pessoas devidamente trajadas, previamente autorizadas por autoridade competente e corretamente identificadas, inclusive servidores e colaboradores;

6.12.3. Controlar o acesso de veículos às dependências do órgão, registrando a identificação do condutor, placa do veículo, horários de entrada e saída, inclusive no caso de veículos particulares autorizados a estacionar em áreas internas, mantendo os portões permanentemente fechados, salvo durante o efetivo trânsito autorizado;

6.12.4. Informar ao(s) vigilante(s) que assumir(em) o posto durante a rendição todas as orientações recebidas e eventuais anormalidades ocorridas no turno anterior ou em suas imediações;

6.12.5. Controlar com rigor a entrada e saída de pessoas e veículos fora do horário regular de expediente, bem como durante feriados e finais de semana, registrando os dados pertinentes relacionados à pessoa e ao veículo;

6.12.6. Inibir o ingresso de cobradores, vendedores ambulantes ou assemelhados nas instalações do Ministério dos Transportes, salvo mediante autorização expressa e prévia da Administração ou de seu representante legal;

6.12.7. Atuar para que não ocorra aglomeração de pessoas nos postos de serviços, comunicando imediatamente ao Supervisor de vigilância, em caso de resistência à desobstrução;

6.12.8. Não permitir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos à atividade de vigilância, bem como de bens pertencentes a servidores, empregados terceirizados ou terceiros;

6.12.9. Realizar rondas de segurança conforme horários e orientações previamente estabelecidos pela Contratante, inspecionando as instalações e adotando as providências necessárias para prevenir riscos e garantir a normalidade das operações;

6.12.10. Ao término de cada expediente e nos finais de semana, verificar se janelas, portas e acessos externos foram devidamente trancados pelos servidores. Em caso de falha, providenciar o fechamento imediato, registrar a ocorrência no livro de ocorrências e comunicar diariamente os números das salas ao Supervisor de Vigilância;

6.12.11. Zelar pela integridade física dos servidores e demais usuários das dependências do Ministério, protegendo-os contra ações de terceiros, inclusive de pessoas pertencentes à própria instituição, a qualquer tempo durante o expediente;

6.12.12. Assegurar a proteção do patrimônio público sob guarda do Ministério, prevenindo atos de vandalismo, violação, furto, extravio, apropriação indébita ou qualquer conduta que possa causar dano ao erário;

6.12.13. Acionar imediatamente os dispositivos de segurança e os brigadistas de incêndio, em caso de sinistros ou qualquer outra ocorrência que represente risco à integridade de pessoas, bens, serviços ou instalações, comunicando o fato à Administração sem demora;

6.12.14. Comunicar prontamente a Polícia Militar do Distrito Federal, por telefone ou por aplicativo, em caso de manifestações com potencial de invasão ou ameaça à integridade das instalações ou das pessoas nelas presentes;

6.13. Com o objetivo de assegurar o padrão de qualidade exigido pelo Ministério dos Transportes - MT, bem como a legalidade da contratação, a empresa contratada deverá disponibilizar profissionais que atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos, nos termos da Lei nº 14.967, de 2024:

6.13.1. Os profissionais destinados aos postos de vigilância patrimonial deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) Possuir escolaridade mínima ao ensino fundamental completo;
- d) Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação de vigilante, com renovação em dia, ministrado por empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal;
- e) Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- f) Ter sido aprovado em exames de saúde e aptidão psicológica, nos termos da legislação vigente;
- g) Não possuir antecedentes criminais.

6.13.2. Os profissionais designados para os postos de supervisão deverão cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) Possuir certificado de conclusão do ensino médio;
- d) Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação de vigilante, com renovação válida, em instituição autorizada pela Polícia Federal;
- e) Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- f) Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- g) Não possuir antecedentes criminais.

6.13.3. Os profissionais designados para os postos de operador de sistema eletrônico de serviços deverão cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

- c) Possuir certificado de conclusão do ensino médio;
- d) Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico de vigilantes e operacionalização/monitoramento de segurança eletrônica;
- e) Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- f) Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- g) Não possuir antecedentes criminais.

6.14. Das Atribuições dos Vigilantes

6.14.1. Aos profissionais designados aos postos de vigilância compete:

- 6.14.1.1. Proteger as instalações, o patrimônio e garantir a integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ações de terceiros;
- 6.14.1.2. Comunicar imediatamente ao MT e ao responsável pelo posto qualquer anormalidade detectada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização;
- 6.14.1.3. Manter afixados, em local visível no posto, os números telefônicos da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros contatos relevantes para o desempenho eficaz das atividades;
- 6.14.1.4. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações das edificações do Ministério dos Transportes, adotando as medidas de segurança conforme orientação do supervisor e da contratante, bem como outras que julgar oportunas;
- 6.14.1.5. Permitir o ingresso nas dependências internas somente a servidores e prestadores de serviços devidamente autorizados e identificados, portadores de crachás, botons ou pins dos Órgãos instalados no Edifício do Ministério dos Transportes. Aos demais, permitir o acesso apenas mediante apresentação de documento de identificação nas portarias principais, com registro no sistema eletrônico de controle de acesso, fornecimento de crachá ou adesivo de identificação de uso obrigatório, a ser devolvido na saída, em conformidade com os regulamentos vigentes do MT;
- 6.14.1.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações do Ministério dos Transportes, identificando o motorista e anotando a placa, mesmo para veículos autorizados a estacionar nas áreas internas, mantendo os portões fechados;
- 6.14.1.7. Transmitir ao(s) vigilante(s) que assumirá(ão) o posto, no momento da rendição, todas as orientações vigentes, bem como informar eventuais anomalias observadas nas instalações e arredores;
- 6.14.1.8. Comunicar à Gestão e fiscalização do contrato qualquer ocorrência considerada irregular e que possa representar risco ao patrimônio do MT;
- 6.14.1.9. Colaborar com as Polícias Civil e Militar em ocorrências de natureza policial nas dependências da Administração, facilitando sua atuação e indicando testemunhas presenciais, quando necessário;
- 6.14.1.10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas e veículos após o expediente, feriados e fins de semana, registrando em documento próprio nome, matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a ser executada;
- 6.14.1.11. Proibir o ingresso de vendedores, pedintes, angariadores, ambulantes e similares sem prévia autorização da Administração ou responsável pela instalação;
- 6.14.1.12. Impedir aglomerações junto aos postos, comunicando ao supervisor da contratada e à contratante em caso de resistência;
- 6.14.1.13. Proibir qualquer atividade comercial nos postos e suas imediações que ofereça risco à segurança dos serviços e instalações;
- 6.14.1.14. Vedação da utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local ou bens de servidores, empregados ou terceiros;
- 6.14.1.15. Executar rondas diárias conforme orientação da contratante, verificando as dependências e instalações, adotando as medidas necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem;
- 6.14.1.16. Realizar rondas nas áreas externas aos edifícios;
- 6.14.1.17. Assumir o posto diariamente devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada, barbeado e com cabelos aparados e limpos;

6.14.1.18. Verificar diariamente o fechamento adequado de portas e janelas, bem como realizar a abertura e fechamento das portas dos edifícios do Ministério dos Transportes no início e término do expediente;

6.14.1.19. Verificar se aparelhos elétricos estão desligados, salvo os autorizados em contrário;

6.14.1.20. Registrar a permanência de pessoas após o horário normal de expediente;

6.14.1.21. Registrar em livro próprio todas as ocorrências do dia;

6.14.1.22. Certificar-se da iluminação adequada das áreas predeterminadas, registrando no livro de ocorrências locais onde luzes forem deixadas acesas;

6.14.1.23. Efetuar vistoria conjunta no prédio durante troca de turnos, comunicando irregularidades e registrando-as em livro antes da entrega das chaves;

6.14.1.24. Verificar, durante as vistorias regulares, a existência de objetos abandonados e adotar as providências preventivas indicadas nas normas de segurança;

6.14.1.25. Comunicar à contratante a existência de aglomerações, permanência de pessoas suspeitas, depredações ou ameaças de invasão;

6.14.1.26. Identificar e registrar a entrada de servidores fora do horário regular, verificando a existência de autorização;

6.14.1.27. Realizar ronda noturna a pé na área perimetral para evitar incursões e danos materiais;

6.14.1.28. Não permitir a entrada de pessoas com trajas incompatíveis com o ambiente de trabalho, acionando o supervisor da vigilância, salvo em situações de emergência com risco de vida;

6.14.1.29. Não permitir a entrada de animais, exceto cão-guia, sem autorização expressa da Contratante;

6.14.1.30. Impedir a entrada de pessoas em estado de embriaguez, sob efeito de drogas ou em instabilidade emocional, submetendo o caso à avaliação do supervisor da contratada;

6.14.1.31. Não autorizar a entrada de menores desacompanhados sem identificação e contato com a pessoa visitada, responsabilizando esta durante a permanência do menor nas dependências;

6.14.1.32. Garantir preferência e auxílio a pessoas com deficiência física para trânsito e acesso aos elevadores;

6.14.1.33. Hastear e arriar diariamente a Bandeira Nacional, conforme legislação vigente;

6.14.1.34. Comunicar imediatamente à contratante qualquer atitude suspeita nas dependências ou imediações;

6.14.1.35. Impedir a saída de volumes, patrimônio ou materiais sem autorização;

6.14.1.36. Não permitir a entrada de materiais tóxicos, poluentes ou nocivos sem avaliação prévia do supervisor;

6.14.1.37. Impedir a entrada de objetos não declarados pelo portador, oferecendo alternativa de guarda identificada; recusar e comunicar imediatamente ao supervisor em caso de negativa;

6.14.1.38. Autorizar a saída de bens materiais somente mediante formulário próprio e acompanhamento do supervisor, com registro em livro de ocorrência;

6.14.1.39. Permitir acesso de bens particulares após cadastro e avaliação pelo supervisor;

6.14.1.40. Isentar da autorização de saída prestadores de serviço que exibam materiais de trabalho, submetendo-os à verificação do supervisor;

6.14.2. Aos profissionais designados aos postos de **operador de sistema eletrônico** compete:

6.14.2.1. Verificar periodicamente as telas do sistema de CFTV, a fim de observar as condições gerais de segurança;

6.14.2.2. Elaborar relatórios de imagens, quando solicitado, incluindo a seleção e exportação de vídeos capturados pelo sistema de monitoramento;

6.14.2.3. Redigir relatórios diversos, conforme demanda apresentada pelo Ministério dos Transportes;

6.14.2.4. Reportar, de forma imediata, falhas ou erros identificados no sistema de monitoramento eletrônico;

6.14.2.5. Comunicar à fiscalização e à supervisão quaisquer falhas ou defeitos em equipamentos de hardware;

6.14.2.6. Manter-se presente e disponível na sala de monitoramento durante o turno de trabalho, evitando ausências injustificadas;

6.14.2.7. Executar outras atividades correlatas às atribuições do cargo, conforme necessidade do serviço e determinação superior.

6.14.2.8. Informar prontamente a Gestão e à fiscalização do contrato quaisquer situações que representem risco ou ameaça à segurança das instalações;

6.14.2.9. Realizar monitoramento remoto das áreas sob vigilância, com atenção à rotina operacional, movimentações atípicas ou presença de indivíduos suspeitos nas imediações das edificações do Ministério dos Transportes, adotando os procedimentos de segurança determinados pela fiscalização e demais medidas que se revelem necessárias à preservação da segurança do local;

6.14.2.10. Monitorar o desempenho do serviço de vigilância ostensiva, identificando eventuais não conformidades relacionadas à conduta, postura ou atitudes dos vigilantes em seus respectivos postos;

6.14.2.11. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer anormalidade detectada nas instalações monitoradas, visando à pronta adoção de medidas corretivas;

6.14.2.12. Executar os procedimentos necessários à gravação e ao arquivamento das imagens do sistema de CFTV;

6.14.2.13. Prestar apoio técnico a investigações internas, mediante busca, impressão e arquivamento de imagens selecionadas, bem como a emissão de relatórios sintéticos contendo evidências relevantes;

6.14.2.14. Registrar diariamente, em livro próprio, todas as ocorrências relativas às áreas monitoradas, bem como falhas e defeitos identificados no sistema de CFTV;

6.14.2.15. Efetuar ajustes e correções no sistema de CFTV, conforme orientações técnicas emitidas pela Contratante;

6.14.2.16. Prestar suporte à equipe de vigilância na execução das atividades de segurança institucional;

6.14.2.17. Registrar, em livro próprio, todos os acessos de pessoas à sala de monitoramento, identificando data, horário e finalidade. Não permitindo o acesso sem autorização;

6.14.2.18. Exibir, quando solicitado, gravações de interesse do Ministério dos Transportes, utilizando o sistema de CFTV;

6.14.2.19. Controlar a qualidade das exibições das imagens projetadas;

6.14.2.20. Executar a reprodução de materiais gravados, conforme demanda;

6.14.2.21. Realizar a vistoria prévia dos equipamentos e sistemas de imagem, assegurando seu pleno funcionamento;

6.14.2.22. Efetuar gravações específicas, sempre que requisitado;

6.14.2.23. Manter absoluto sigilo sobre as ocorrências e informações obtidas durante a execução dos serviços, transmitindo-as exclusivamente às pessoas formalmente designadas pelo Ministério dos Transportes.

6.14.3. Compete aos profissionais designados para o **posto de Supervisor** observar todas as disposições acima e, adicionalmente:

6.14.3.1. Ser pontual e apresentar-se devidamente uniformizado;

6.14.3.2. Comunicar imediatamente ao Contratante, ao Fiscal do Contrato e ao responsável pelo posto qualquer anormalidade verificada, inclusive de natureza funcional, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias para sua regularização;

6.14.3.3. Manter afixado, em local visível no posto, os números de telefone da Delegacia de Polícia da região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração e demais contatos úteis para o pleno desempenho das atividades;

6.14.3.4. Informar a Gestão do Contrato qualquer ocorrência considerada irregular e que comprometa o patrimônio do Ministério dos Transportes;

6.14.3.5. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar em situações de ordem policial ocorridas nas dependências do Contratante, facilitando, sempre que possível, sua atuação, inclusive com a indicação de testemunhas presenciais dos fatos;

- 6.14.3.6. Acionar, em caso de formação de aglomerações, permanência de pessoas nas imediações dos prédios, depredações ou invasões, a Rádio Patrulha da Polícia Militar pelo telefone 190 e comunicar imediatamente ao Chefe da Administração local;
- 6.14.3.7. Realizar inspeções e rondas, juntamente com os vigilantes, nas áreas internas e na área perimetral sob custódia, com o objetivo de prevenir incursões e danos ao patrimônio e instalações do Ministério dos Transportes. A área perimetral corresponde ao espaço físico ao ar livre, delimitado por um afastamento de 5 metros da edificação principal, incluindo o estacionamento norte (situado sobre a laje da garagem) e o estacionamento externo da garagem, em divisa com a via N-2;
- 6.14.3.8. Abster-se, integralmente, de executar quaisquer atividades estranhas às suas atribuições durante o horário de trabalho;
- 6.14.3.9. Coordenar as atividades dos vigilantes conforme as orientações do Contratante, por meio do Fiscal do Contrato, nos termos da legislação vigente;
- 6.14.3.10. Realizar inspeções diárias nos postos de serviço, inclusive em feriados e finais de semana, e coibir a formação de agrupamentos de profissionais alocados, a fim de evitar conversas alheias ao serviço;
- 6.14.3.11. Impedir a entrada ou saída de profissionais da Contratada por acessos não previamente autorizados;
- 6.14.3.12. Recolher quaisquer objetos ou valores encontrados nas dependências do Ministério dos Transportes e providenciar sua imediata entrega à Fiscalização do contrato;
- 6.14.3.13. Transmitir aos empregados da Contratada instruções claras sobre suas atribuições, deveres e responsabilidades;
- 6.14.3.14. Fiscalizar, controlar e orientar, continuamente, o uso correto do espargidor (spray de pimenta);
- 6.14.3.15. Providenciar a substituição imediata de espargidores defeituosos, danificados ou descarregados, verificando também sua validade;
- 6.14.3.16. Impedir, de forma rigorosa, o uso indevido ou indiscriminado de armamentos;
- 6.14.3.17. Registrar em livro de ocorrências os principais fatos do dia e manter-se informado sobre os registros do plantão anterior;
- 6.14.3.18. Estar disponível aos profissionais alocados nos postos sempre que necessário, para resolver questões relativas à execução dos serviços;
- 6.14.3.19. Inspeccionar diariamente os equipamentos utilizados pelos vigilantes (como radiotransmissores, armamento, entre outros);
- 6.14.3.20. Observar a qualidade do atendimento prestado pelos vigilantes, o qual deve ser sempre cortês com os visitantes e servidores do Ministério dos Transportes;
- 6.14.3.21. Manter a Contratante e a Fiscalização informados sobre todas as questões relativas aos serviços;
- 6.14.3.22. Fiscalizar o uso adequado dos sistemas disponibilizados pelo Contratante para a execução dos serviços;
- 6.14.3.23. Acompanhar e verificar o preenchimento adequado dos livros e formulários utilizados pelo serviço de vigilância;
- 6.14.3.24. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização do contrato;
- 6.14.3.25. Receber e atender prontamente a solicitações e comunicações relativas aos serviços;
- 6.14.3.26. Fiscalizar a utilização adequada dos sistemas disponibilizados pelo Contratante;
- 6.14.3.27. Acompanhar o fechamento de volumes, pacotes, malotes ou quaisquer outros itens que, por interesse ou necessidade do Ministério dos Transportes, devam deixar as dependências do prédio.

Salário base e demais benefícios dos funcionários

- 6.15. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em sentença normativa ou Lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados.

- 6.16. Conforme o disposto na alínea "b", item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES /MPDG no 05/2017, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa Contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços. O depósito dos salários deverá ocorrer até o 5o dia útil do mês posterior a execução do serviço, conforme previsto na CLT.
- 6.17. O atraso no pagamento dos salários, 13o (décimo terceiro) e férias e demais benefícios, além de ensejar a aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato, poderá ensejar no pagamento das possíveis multas previstas na Legislação e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, em favor do empregado. Caso a empresa não realize o pagamento, o mesmo poderá ser retido dos créditos da empresa e pagos diretamente ao funcionário, obedecido em todo caso, o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 6.18. A Contratada deverá colher a assinatura do empregado no holerite, somente após a efetiva disponibilização de seu pagamento (data em que o crédito foi efetuado na conta do prestador de serviço).

Benefícios

- 6.19. O vale transporte deverá ser fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, em conformidade com o art. 1º da Lei no 7.418/1985 e art. 107 do Decreto no 10.854/2021.
- 6.20. O vale refeição deverá ser, preferencialmente, fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, ou concedido no prazo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à categoria.
- 6.21. Os benefícios mensais e diários, vale transporte e vale alimentação, para fins de cálculo da proposta, foram considerados a média de dias úteis mensais, sendo 21 (vinte e um) dias para o regime de 44 horas e 15 (quinze) dias corridos para o regime de 12 x 36 horas.

Uniforme

- 6.22. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser compatíveis com as atividades a serem desempenhadas no órgão contratante, sendo vedado qualquer repasse de custo aos trabalhadores, em conformidade com o disposto no Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho aplicável.
- 6.23. O uso do uniforme será obrigatório exclusivamente durante o exercício efetivo das funções, conforme disposto no art. 144 da Portaria nº 18.045/2023 – DG/DPF, transcrito a seguir:

"Art. 144. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§1º A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I – apito com cordão;

II – emblema da empresa;

III – plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de seis meses, contendo o nome completo, o número da Carteira Nacional de Vigilante e fotografia colorida no tamanho 3x4."

- 6.24. O uniforme deverá ser adequado às condições climáticas do local de prestação dos serviços, de forma a assegurar o conforto térmico do vigilante e o pleno desempenho de suas atribuições.
- 6.25. A Contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus aos empregados, conjuntos completos e novos de uniformes, adequados às funções a serem desempenhadas no âmbito do órgão contratante, contemplando vestimentas apropriadas para todas as estações do ano.
- 6.26. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pela fiscalização.
- 6.27. Além dos requisitos exigidos no item 6.23, os uniformes deverão ser compostos por peças de vestuário e acessórios aprovados pela Polícia Federal, conforme as especificações e quantidades a seguir discriminadas:

6.27.1. Social - Feminino:

Item	Peça	Descrição do Uniforme	Unid.de Fornecimento	Quantidade
1	Terninho	Na cor preta, tecido de boa qualidade, com viscose, forrado internamente, inclusive nas mangas. Calça modelo social, tecido e cor idênticos aos do terninho, braguilha forrada, cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da	Unidade	2

		calça, 2 bolsos laterais embutidos, 2 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão. (Sob medida em boa qualidade).		
2	Camisa	Social confeccionada em tecido 100% algodão, abotoamento frontal, mangas compridas com punho simples, bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto.	Unidade	2
3	Cinto	Social em couro, na cor preta.	Unidade	1
4	Meia	Social na cor preta.	Par	4
5	Scarpin	Em couro, salto quadrado, na cor preta.	Par	2
6	Lenço	Tecido liso, cor preto, em crepe, tipo laço com entretela compatível com o modelo.	Unidade	1

6.27.2. Social - Masculino:

Item	Peça	Descrição do Uniforme	Unid. de Fornecimento	Quantidade
1	Terno	Na cor preta, tecido de boa qualidade, com viscose, forrado internamente, inclusive nas mangas. Calça modelo social, tecido e cor idênticos aos do paletó, braguilha forrada, cós entretelado, forrado, com passadores no mesmo tecido da calça, 2 bolsos laterais embutidos, 2 bolsos traseiros embutidos, com uma casa vertical e um botão.	Unidade	2
2	Camisa	Confeccionada em tecido 100% algodão, abotoamento frontal, mangas compridas com punho simples, bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto	Unidade	2
3	Cinto	Social em couro, na cor preta	Unidade	1
4	Meia	Em algodão, na cor preta	Par	4
5	Sapato	Social em couro, ortopédico, na cor preto, solado antiderrapante, com absorção de impacto, palmilha acolchoada, que não se deforma.	Par	2
6	Gravata	Modelo social vertical slim, confeccionada em Jacquard, forrada em nylon, acabamento de primeira qualidade.	Unidade	2

6.27.3. Vigilante operacional – Feminino/Masculino:

Item	Peça	Descrição do Uniforme	Unid.de Fornecimento	Quantidade
1	Camisa	Manga curta Gandola Rip Stop Manga Curta.	Unidade	2
2	Calça	Tecido RIP-STOP, na cor preta, com zíper, cós anatômico, dois bolsos cargos inclinados, costuras triplas nas áreas de maior atrito.	Unidade	2
3	Cinto	Tecido nylon, com espessura larga de 3,4 cm, na cor preto, fivela em polímero preta composta por travas de metal articuladas em seu interior, com guarra regulável de primeira qualidade.	Unidade	1
4	Meia	Cano alto, na cor preta, composta por algodão, de primeira qualidade	Par	4
5	Coturno	Em couro nobuk hidrofugado, tecido sintético, colarinho e língua em couro, com cadarço, vestuário com cordura água repelente, em tecido poliéster 100% impermeável, cor preta. Forração Interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico e com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e do Empregado (C.A).	Par	2

6	Jaqueta	Cor preta, tecido nylon, resinada, forrada com manta acrílica, emblema da empresa bordados na parte externa do bolso e nas mangas da jaqueta	Unidade	1
---	---------	--	---------	---

6.28. 01 (um) conjunto completo de uniforme, conforme quantidade descrita acima, deverá ser fornecido a cada empregado no início da execução contratual, devendo a substituição ocorrer após 06 (seis) meses ou, excepcionalmente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação formal da Contratante, nos casos em que o uniforme não atenda às condições mínimas de apresentação.

6.29. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

6.30. A substituição dos uniformes também deverá observar as orientações do sindicato da categoria. Uniformes ou acessórios que se apresentarem em más condições deverão ser substituídos em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da comunicação por escrito da Contratante.

6.31. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser adequados à sua condição física, devendo ser substituídos sempre que estiverem apertados ou desconfortáveis, garantindo segurança e dignidade no exercício da função.

6.32. A entrega dos uniformes deverá ser formalizada mediante recibo assinado pelo empregado. Cópia do referido recibo, acompanhada do original para conferência, deverá ser encaminhada ao servidor responsável pela fiscalização contratual.

Materiais

6.33. A disponibilização dos materiais necessários à execução dos serviços é inerente à contratação em tela. Dessa forma, a empresa deverá cotar todos esses custos na Planilha de Formação de Preços, considerando os materiais e quantitativos abaixo relacionados.

6.33.1. Materiais de consumo:

Item	Descrição	Unidade de medida	Edifício				Total
			Sgon 1	Sgon 2	Anexo	Sede	
1	Spray de pimenta	Unidade	1	1	0	0	2

6.33.2. Equipamentos:

Item	Descrição	Unidade de medida	Edifício				Total
			Sgon 1	Sgon 2	Anexo	Sede	
1	Detector de metais portátil, bateria de 9V; Frequência de trabalho: 95KHz ± 10%.	Unidade	1	1	1	2	5
2	Lanterna LED com bateria recarregável com carregador.	Unidade	1	1	2	2	6
3	Porta-tonfa/porta-cassetete.	Unidade	4	4	18	20	46
4	Tonfa/cassetete emborrachado	Unidade	4	4	18	20	46
5	Rádio transceptor de comunicação móvel e portátil com nível de potência ajustável, alcance mínimo 20 km na transmissão, acompanhado com bateria carregável, frequência autorizada pela Anatel.	Unidade	2	2	20	34	58
6	Colete Tático balístico completo, nível mínimo de Segurança II A	Unidade	1	1	8	10	20
7	Revólver calibre 38 - 8 tiros	Unidade	1	1	2	3	7
8	Coldre axilar completo, para uso com terno.	Unidade	1	1	2	2	6
9	Munição revólver calibre 38 – 8 tiros - Blister c/10.	Unidade	5	5	10	10	30
10	Cinto de guarnição tático com coldre de perna, sendo o tamanho de acordo com a arma a ser fornecida	Unidade	1	1	8	12	22
11	Capa de chuva com capuz.	Unidade	2	2	3	3	10
12	Apito metálico com cordão	Unidade	4	4	30	43	81
	Placa balística nível mínimo de segurança						

6.34. Os materiais de consumo deverão ser repostos sempre que o estoque atingir 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado.

Critérios de aferição/medição dos serviços para pagamento

6.35. Unidade de medida do serviço: Os serviços serão dimensionados mediante postos de trabalho permanentes (vigilantes, operadores de sistemas eletrônicos e supervisor); e materiais necessários à execução dos serviços, conforme solicitado pela Gestão do MT.

6.36. Produtividade de referência do serviço: Os profissionais deverão prestar os serviços de acordo com o quantitativo, carga horária e turnos estabelecidos pela Administração, que deverão ser suficientes para atender a demanda do Ministério.

6.37. Instrumento de Medição de Resultado (IMR): A medição dos serviços será realizada pela ferramenta de resultados definida pela Fiscalização, onde avaliará a execução do objeto para aferir a qualidade da prestação dos serviços, realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto e definir o pagamento mensal devido à Contratada.

Coberturas de postos

6.38. As ocorrências de eventuais afastamentos ou ausências dos empregados da execução dos serviços, por quaisquer motivos, ensejarão providências do Contratado para que os mesmos sejam substituídos temporariamente, devendo ocorrer a cobertura em até 2 (duas) horas a contar da notificação do Contratante.

6.39. A Contratante solicitará formalmente a substituição definitiva de empregado(s), mediante a apresentação de justificativa.

6.40. A Contratada deverá substituir definitivamente o empregado em até 3 (três) dias úteis e efetuar a cobertura do posto vacante em até 2 (duas) horas, ambos prazos contados a partir do recebimento do pedido de substituição do Contratante.

Programação de Férias

6.41. Em conformidade com o art. 3 do Decreto no 12.174, de 11 de setembro de 2024 e Instrução Normativa SEGES no 213 /2025, a Contratada deverá assegurar aos colaboradores a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

6.42. A definição do período de férias é uma prerrogativa da Contratada, no entanto, deverá ser acordada com a fiscalização.

6.43. A Contratada deverá apresentar cronograma de férias dos empregados, anualmente, ou sempre que solicitado pela fiscalização, visando evitar prejuízo na continuidade dos serviços prestados.

6.44. As férias devem ser comunicadas com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência aos funcionários, obedecendo o disposto pela Lei no 7.414, de 9.12.1985. A cópia do recibo de participação, conforme art. 135 da citada lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato nos documentos de medição e faturamento.

6.45. Poderá haver a possibilidade de parcelamento das Férias, conforme previsto em convenção coletiva de trabalho, desde que haja concordância da Contratada e da unidade tomadora dos serviços, bem como poderá converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, nos termos do artigo 143 da CLT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de postos de vigilância do contrato atual será mantido, uma vez que permanece consonante com as atuais necessidades do Ministério dos Transportes, sendo acrescido apenas os postos de Operadores de Sistemas Eletrônicos de Segurança, conforme esclarecido no item 2.11 do presente estudo .

7.2. O dimensionamento do quantitativo foi elaborado conforme distribuição dos postos nos edifícios Sede e Anexo, bloco R e no Setor de Garagens Oficiais Norte, em Brasília/DF.

7.3. Após o devido dimensionamento da vigilância patrimonial nas edificações, definiu-se o quantitativo total de 61 (sessenta e um) postos de serviços, resultando no quantitativo total de 87 (oitenta e sete) profissionais, conforme descrito abaixo:

7.3.1. Ed. Sede:

LOCAL DO POSTO	VIGILANTE	TIPO DE POSTO	TURNO	POSTOS	FUNCIONÁRIOS
GAB/MCOM	Social	Desarmado	44 h	2	2

GAB/MCOM	Social	Desarmado	12 x 36 - Noturno	1	2
GAB/MT	Social	Armado	12 x 36 h - Diurno	1	2
GAB/MT	Social	Armado	12 x 36 - Noturno	1	2
APOIO GAB/MT	Social	Desarmado	44 h	3	3
GAB/MPOR	Social	Desarmado	44 h	2	2
GAB/MPOR	Social	Desarmado	12 x 36 - Noturno	1	2
GAB/SE MT	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
GAB/SE MT	Operacional	Desarmado	12 x 36 - Noturno	1	2
GAB/SE MCOM	Social	Desarmado	44 h	2	2
GAB/SE MPOR	Social	Desarmado	44 h	2	2
RAD/MCOM	Operacional	Desarmado	44 h	1	1
Portaria central	Operacional	Desarmado	44 h	3	3
Portaria central	Operacional	Armado	12 x 36 h - Diurno	1	2
Portaria central	Operacional	Armado	12 x 36 - Noturno	1	2
Portaria central	Operacional	Desarmado	12 x 36 - Noturno	1	2
Portaria Privativa	Social	Armado	12 x 36 h - Diurno	1	2
Portaria Privativa	Operacional	Armado	12 x 36 - Noturno	1	2
Portaria Privativa	Operacional	Desarmado	44 h	1	1
Sala de segurança	Supervisor	Desarmado	12 x 36 h - Diurno	1	2
Sala de segurança	Operacional	Desarmado	12 x 36 h	1	2
Ronda	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
Garagem A	Operacional	Desarmado	44 h	2	2

Garagem B	Operacional	Desarmado	12 x 36 h - Diurno	1	2
Garagem B	Operacional	Desarmado	12 x 36 - Noturno	1	2
Guarita	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
Sala de monitoramento	Operacional	Desarmado	12 x 36 h - Diurno	3	6
TOTAL				41	58

7.3.2. Ed. Anexo:

LOCAL DO POSTO	VIGILANTE	TIPO DE POSTO	TURNO	POSTOS	FUNCIONÁRIOS
Sala de segurança	Social	Desarmado	44 h	1	1
Sala de segurança	Operacional	Desarmado	44 h	1	1
Portaria Central	Operacional	Armado	12 x 36 – Diurno	2	4
Portaria Central	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
Portaria Central	Operacional	Armado	12 x 36 – Noturno	2	4
Garagem A	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
Garagem B	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
Garagem B	Operacional	Desarmado	12 x 36 – Noturno	1	2
Ronda	Operacional	Desarmado	44 h	2	2
TOTAL				15	20

7.3.2. SGON:

LOCAL DO POSTO	VIGILANTE	TIPO DE POSTO	TURNO	POSTOS	FUNCIONÁRIOS
SGON 1	Operacional	Armado	12 x 36 – Diurno	1	2
SGON 1	Operacional	Armado	12 x 36 – Noturno	1	2
Ronda	Operacional	Desarmado	44 h	1	1
SGON 2	Operacional	Armado	12 x 36 – Diurno	1	2
SGON 2	Operacional	Armado	12 x 36 – Noturno	1	2
TOTAL				5	9

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.664.700,00

8.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 8.664.700,00 (oito milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil e setecentos reais), conforme detalhado na Planilha de Custos e Formação de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No caso em análise, a contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, aliada ao monitoramento eletrônico do sistema de segurança, a ser executada nas unidades do Ministério dos Transportes. Trata-se de um serviço integrado, cuja eficácia e segurança dependem da gestão unificada das atividades de vigilância humana e do monitoramento eletrônico.

9.2. O parcelamento para execução das atividades a serem contratadas poderia comprometer diretamente a padronização dos procedimentos de segurança, dificultar a responsabilização contratual, aumentar os custos administrativos e logísticos, além de prejudicar a integração entre os postos de vigilância física e os sistemas de monitoramento eletrônico, essenciais para pronta resposta a ocorrências.

9.3. Ademais, a contratação conjunta permite o aproveitamento de sinergias operacionais e administrativas, viabilizando escalas de trabalho coordenadas, uso racional de recursos e integração dos protocolos de segurança. Esses fatores asseguram maior eficiência operacional e mitigam riscos decorrentes da fragmentação contratual.

9.4. Destaca-se que a unificação do objeto não compromete a competitividade da licitação, haja vista a existência de diversas empresas no mercado nacional capacitadas técnica e legalmente para a prestação conjunta dos serviços descritos, conforme verificado nas pesquisas das contratações similares de outros entes públicos.

9.5. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto comprometeria a economicidade, a eficiência e a segurança da prestação dos serviços, sendo, portanto, inviável técnica e operacionalmente, motivo pelo qual não se aplica o parcelamento desta contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No que se refere à presente contratação, cumpre destacar a existência de contratação correlata registrada no Processo nº 50000.013535/2024-02, cujo objeto é a implantação do sistema integrado de vigilância eletrônica (CFTV).

10.2. A contratação de operador de sistema eletrônico, ainda que conduzida em paralelo à implantação do referido sistema, reveste-se de caráter complementar e imprescindível, porquanto visa garantir a plena operação, o monitoramento contínuo e a adequada gestão da solução tecnológica implantada. Enquanto a contratação em andamento trata da infraestrutura e instalação dos equipamentos, a presente trata da força de trabalho especializada que assegurará a funcionalidade e efetividade do sistema. Trata-se, portanto, de contratações correlatas que, embora autônomas em seus objetos, integram um mesmo projeto institucional de segurança eletrônica.

10.3. Ressalta-se, por fim, que a previsão de conclusão da implantação do sistema de CFTV é para o mês de dezembro do corrente ano. Dessa forma, os postos de trabalho referentes ao operador de sistema eletrônico serão efetivamente ocupados somente após a finalização da instalação, evitando sobreposição indevida de despesas e garantindo a racionalidade na execução contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A vigilância patrimonial é considerada atividade meio da Administração Pública, sendo preferencialmente objeto de execução indireta. A contratação desse serviço guarda consonância com as competências da Coordenação de Logística, fazendo parte das estratégias de infraestrutura corporativa que propicia o alcance da missão institucional do MT por meio da promoção de suporte logístico seguro e de alto desempenho.

11.2. As contratações públicas são consideradas como instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas.

11.3. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico deste Órgão é vital para o alcance de resultados efetivos da organização tanto quanto para a entrega de serviços.

11.4. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como atingir a missão institucional e a implementação de políticas públicas, sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

11.5. A contratação pretendida encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações deste Ministério dos Transportes de 2025, e também com o seu Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

11.6. Foram consultadas as informações sobre o Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes divulgadas na página "Portal da Estratégia": <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia>.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se com a contratação dos serviços de vigilância patrimonial e monitoramento de sistemas eletrônicos a obtenção dos seguintes resultados:

- 12.1.1. Garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;
- 12.1.2. Controlar a movimentação de indivíduos suspeitos;
- 12.1.3. Controlar o ingresso de pessoas na edificação;
- 12.1.4. Controlar e fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações;
- 12.1.5. Monitorar áreas internas e externas da edificação por meio da realização de rondas periódicas; e
- 12.1.6. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados no local vigiado.

12.2. A correta execução dos serviços de vigilância patrimonial por parte de empresa especializada, de forma a exercer a melhor técnica e experiência na execução dos serviços, propiciará o melhor aproveitamento dos recursos (humanos, materiais ou financeiros) empregados.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a presente contratação não haverá necessidade de adequação física do ambiente do órgão. Além disso, já há equipe de servidores capacitada para a gestão/fiscalização do contrato a ser celebrado, uma vez que o referido serviço já é prestado e fiscalizado no MT.

13.2. Quanto ao posto de operador de sistema eletrônico será necessário a finalização do processo de implantação do sistema integrado de vigilância eletrônica, para o seu efetivo preenchimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Pelas características dos serviços a serem prestados, pode gerar, pontualmente, impactos ambientais, relacionados principalmente ao uso contínuo de recursos como energia elétrica, água e papel, bem como à geração de resíduos sólidos, especialmente provenientes de equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de escritório e descarte de baterias ou componentes eletrônicos.

14.2. Para mitigar tais impactos, foi registrado, no item de sustentabilidade, que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, como a destinação correta de resíduos, o uso de equipamentos com eficiência energética e a redução no consumo de materiais, promovendo, assim, a conformidade ambiental das atividades.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme elementos detalhados neste Estudo, que demonstra a sua viabilidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO IVO CLEMENTE

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/09/2025 às 16:58:54.

FRANCISCA INEZ CANDEIRA COSTA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 12/09/2025 às 17:23:09.

MARCEL VIEIRA DE CAMARGO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/09/2025 às 15:04:28.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Coordenação de Logística

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

FINALIDADE		COMPETÊNCIA	
UNIDADE		PERÍODO DE MEDIÇÃO	
Nº CONTRATO		INSTRUM. DE MEDIÇÃO	
CONTRATADO		META	
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Relatório circunstanciado emitido pela equipe de fiscalização		
MECANISMO DE CÁLCULO	Pontuação total das ocorrências = somatório de nº de ocorrências x pontuação de cada ocorrência; de acordo com mecanismo de cálculo de cada indicador.		
INDICADORES - IMR			
Indicador	Situações aplicáveis	Mecanismo de Cálculo	Nº de ocorrências no mês = A Pontuação por Ocorrência = B Subtotal = AxB
Controle de ponto	Deixar de controlar ou de acompanhar a concessão dos intervalos intrajornada previstos em lei ou em acordo coletivo, permitindo que colaboradores não cumpre o limite legal sem a devida pausa.	Contabilizado por quantidade de ocorrências, por colaborador. Ex. 1: empresa deixou de acompanhar intervalo intrajornada de um colaborador = 1 ocorrência Ex. 2: empresa deixou de acompanhar intervalos de 3 colaboradores no mês = 3 ocorrências.	1
Gerir as jornadas de trabalho dos colaboradores	Deixar de acompanhar a execução das jornadas de trabalho, gerando excesso de horas negativas e horas positivas	Contabilizado por quantidade de ocorrências, por colaborador. Ex. 1: empresa deixou de acompanhar a execução da jornada deixando os colaboradores gerar excesso de horas positivas = 1 ocorrência Ex. 2: empresa deixou de acompanhar a execução da jornada deixando os colaboradores gerar excesso de horas negativas ou positivas 3 vezes = 3 ocorrências	1

Disponibilização de cobertura	Ausência de cobertura após solicitação pela Administração, de acordo com o previsto em Edital e seus anexos	Contabilizado por quantidade de ocorrências (dias)		1	
		Ex. 1: empresa deixou de cobrir colaborador 1 vez (1 dia) no mês = 1 ocorrência			
		Ex. 2: empresa deixou de cobrir colaborador(s) 3 vezes (3 dias) no mês = 3 ocorrências			
Atraso no pagamento de verbas trabalhistas	Não realizar no prazo legal o pagamento de salários, benefícios, FGTS. INSS, férias e demais verbas trabalhistas.	Contabilizado por quantidade de ocorrências.		5	
		Ex. 1: empresa falhou 1 vez (empresa atrasou uma vez) = 1 ocorrência			
		Ex. 2: empresa falhou 3 vezes (empresa atrasou 3 vezes) = 3 ocorrências			
Deixar de controlar a saída dos colaboradores dos postos de serviços.	Não realizar a gestão e organização dos horários de pausa dos colaboradores (intra jornada), prejudicando a cobertura mínima exigida pelo contrato em virtude da essencialidade do serviço.	Ex: 2 Colaboradores do mesmo posto pausando ao mesmo tempo, deixando o setor descoberto = 1 ocorrência.		3	
Exposição de Informação sem autorização	Dar causa ou contribuir para que o nível de segurança da informação do MT seja fragilizado ou exposto.	Contabilizado por quantidade de ocorrências.		2	
		Ex. 1: empresa falhou 1 vez (exposição de informação sem autorização) = 1 ocorrência			
		Ex. 2: empresa falhou 3 vezes (exposição de informação sem autorização) = 3 ocorrências			
Apresentação de documentação solicitada pela equipe fiscal	Não apresentação de documentação solicitada pela equipe de fiscalização	Contabilizado por quantidade de ocorrências.		1	
		Ex. 1: empresa falhou 1 vez (deixou de apresentar a documentação solicitada) = 1 ocorrência			
		Ex. 2: empresa falhou 2 vezes (deixou de apresentar a documentação solicitada) = 2 Ocorrências.			

Do acesso às dependências	Permitir o ingresso e permanência nas dependências do Ministério de pessoas que não estejam devidamente trajadas, previamente autorizadas por autoridade competente e corretamente identificadas.	Contabilizado por quantidade de ocorrências. Ex. 1: empresa falhou 1 vez (permitiu o acesso indevido e/ou não tomou as devidas medidas) = 1 ocorrência. Ex. 2: empresa falhou 2 vezes (permitiu o acesso indevido e/ou não tomou as devidas medidas) = 2 ocorrências		1	
	Não controlar o acesso de veículos às dependências do órgão, registrando a identificação do condutor, placa do veículo, horários de entrada e saída.				
	Não controlar com rigor a entrada e saída de pessoas e veículos fora do horário regular de expediente, bem como durante feriados e finais de semana.				
	Não inibir o ingresso de cobradores, vendedores ambulantes ou assemelhados nas instalações do Ministério dos Transportes, salvo mediante prévia autorização.				
Do registro de ocorrências	Não registrar em livro próprio todas as ocorrências do dia, todos os dias.	Contabilizado por quantidade de ocorrências. Ex. 1: empresa falhou 1 vez (não registrou no livro de ocorrências quaisquer ocorrências) = 1 ocorrência. Ex. 2: empresa falhou 2 vezes (não registrou no livro de ocorrências quaisquer ocorrências) = 2 ocorrências		1	
Da entrega de uniformes	Atrasar a data de entrega, não efetuar a entrega, ou fornecer fora dos padrões de qualidade, os uniformes.	Contabilizado por quantidade de ocorrências. Ex: empresa atrasou a entrega dos uniformes ou forneceu fora dos padrões de qualidade 1 vez = 1 ocorrência.		2	

Da vistoria às dependências	<p>Não efetuar vistoria conjunta no prédio durante troca de turnos, comunicando irregularidades e registrando-as em livro antes da entrega das chaves.</p> <p>Não verificar, durante as vistorias regulares, a existência de objetos abandonados e adotar as providências preventivas indicadas nas normas de segurança.</p> <p>Não realizar ronda noturna a pé na área perimetral para evitar incursões e danos materiais.</p>	Contabilizado por quantidade de ocorrências. Ex. 1: empresa falhou 1 vez (deixou de realizar as vistorias e rondas) = 1 ocorrência. Ex. 2: empresa falhou 2 vezes (deixou de realizar as vistorias e rondas) = 2 ocorrências		2	
TOTAL					

Ocorrência	Pontuação
Leve	1 e 2
Média	3
Grave	5

Faixa	Pontuação Acumulada	Desconto
Tolerância	De 0 a 2 pontos	0%
1	De 3 a 4 pontos	0,25%
2	De 5 a 6 pontos	0,5%
3	De 7 a 8 pontos	1%
4	De 9 a 10 pontos	2%
5	A partir de 11 pontos	2,5%

ASSINATURA DO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ - A utilização do presente IMR não impede que a fiscalização do contrato instaure, a qualquer tempo, processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

² - O cometimento reiterado de ocorrências em 1 indicador específico do IMR dará ensejo ao processo de aplicação de penalidade por descumprimento contratual.

³ - Além de eventuais descontos na fatura, por ocasião das ocorrências registradas por meio do IMR, a contratada estará sujeita a glosa por serviço não prestado (e.g.: ausência de reposição em postos de trabalho, interrupção no serviço prestado, não entrega de materiais, dentre outros).

- O período de apuração deste instrumento é mensal, não cabendo desconto de forma cumulativa

1. Considera-se valor remanescente do contrato o valor total do contrato após a exclusão dos valores já executados. Os cálculos são realizados com base no valor total remanescente e não no valor total do contrato.

2. Caso a diferença entre o valor remanescente de todos os contratos vigentes e o valor da receita bruta seja, em termos percentuais, inferior ou superior a 10%, a licitante terá que apresentar justificativa.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato (R\$)	Valor total do contrato (R\$)
Valor Total dos Contratos		

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 3.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 = Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

Recepcionista

- **Contrato vigente:**
- **Nova contratação:**
- **Veículos**

- **Nova contratação:**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE
DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL (EXCLUSIVO PARA ME e EPP'S
OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL)**

A empresa _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ (nome do representante), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA CIÊNCIA**, sob as penas da Lei, das seguintes condições e obrigações previstas no Edital e Anexos:

- 1) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 2) Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 3) Para efeito de comprovação da comunicação, apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

Local, _____, em ____ de _____ de

(assinatura do representante legal do licitante)

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO
FAMILIAR/IMPEDIMENTO**

Eu _____,
portador do RG nº _____, CPF
_____, residente e domiciliado na
_____, cidade de
_____/_____, CEP _____, Declaro,
para os fins do disposto no Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que NÃO possuo relação
familiar com agente público deste órgão ou entidade. Entende-se por familiar: o cônjuge, o
companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o
terceiro grau. Declaro ainda serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de
demissão por justa causa, caso se constate alguma falsidade, comprometendo-me, ainda, em
fazer a imediata comunicação à Empresa _____ sobre qualquer
alteração das informações acima.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do funcionário

ANEXO VI - MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

CONTRATO Nº XXXX

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 ;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Em _____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO VII

Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Doutor Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Doutora Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor

dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por

qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

*Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003.

ANEXO VIII- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO PARA OPERADOR DE SISTEMA DE CFTV

Eu, [Nome Completo do Colaborador], [nacionalidade], [profissão], portador(a) do RG nº [número do RG] e CPF nº [número do CPF], declaro para os devidos fins e, em cumprimento às normas da empresa/instituição [Nome da Empresa/Instituição], que assumo a responsabilidade de manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, dados e documentos aos quais tiver acesso através do Sistema de Vigilância Eletrônica, doravante denominado "Sistema".

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

1.O(a) Operador(a) se compromete a não divulgar, direta ou indiretamente, a quem quer que seja, por qualquer meio, total ou parcialmente, qualquer informação, dado, imagem, áudio ou documento constante do Sistema, seja qual for a sua natureza, que não tenha sido previamente autorizada a sua divulgação pelo [Nome da Empresa/Instituição].

1.1. Entendem-se como informações confidenciais e sigilosas todos e quaisquer dados, registros, imagens, processos, relatórios, ou qualquer outro material referente às atividades e aos clientes/usuários monitorados, que esteja em posse da empresa ou que seja obtido pelo(a) Operador(a) durante o exercício de sua função.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

2. O(a) Operador(a) utilizará as informações a que tiver acesso no Sistema exclusivamente para os fins de sua função e no estrito interesse do [Nome da Empresa/Instituição].

2.1. Fica expressamente proibido ao(à) operador(a) utilizar as informações confidenciais para benefício próprio, para gerar benefício a terceiros, ou para qualquer outro propósito alheio ao objeto deste termo.

2.2. O(a) Operador(a) não poderá fazer cópias, gravações ou reproduções das informações ou dos dados acessados, sob qualquer forma.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE

3. O dever de confidencialidade e sigilo é obrigatório e se estenderá por um período [determinado ou indeterminado] mesmo após o término da relação de trabalho ou do acesso ao Sistema.

3.1. O(a) Operador(a) se compromete a adotar todas as medidas necessárias para evitar que pessoas não autorizadas tenham conhecimento ou acesso às informações confidenciais, utilizando o mesmo zelo que daria às suas próprias informações confidenciais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES

4. O não cumprimento das obrigações dispostas neste termo implicará na responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente, incluindo o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5. O presente termo tem a validade de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em [quantidade] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

_____, ____ de _____ de 20____

Assinatura do funcionário